



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 766 - DE 21 DE JUNHO A 4 DE JULHO DE 2026 - R\$ 5,00



ABAIXO O ESTADO DE EXCEÇÃO NA BOLÍVIA

Defender o movimento camponês, indígena e operário e derrotar a política fascista de Rodrigo Paz

Toda força à constituição da Assembleia Popular

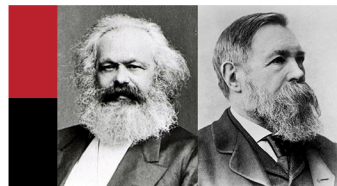
A cúpula de G7 refletiu a profundidade e os impasses da crise mundial

A classe burguesa só tem a oferecer contrarreformas, guerras e destruição de forças produtivas

Os explorados do mundo inteiro vêm reagindo aos ataques dos capitalistas e dos seus governos

A vanguarda com consciência de classe luta contra o capitalismo em decomposição com o programa da revolução social

ORGANIZAR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA EM DEFESA DAS NAÇÕES OPRIMIDAS



► **Assimilando o socialismo científico**

O que é a sociedade, seja qual for a sua forma?

A cúpula do G7 refletiu a profundidade e os impasses da crise mundial

A classe burguesa só tem a oferecer contrarreformas, guerras e destruição de forças produtivas

Os explorados do mundo inteiro vêm reagindo aos ataques dos capitalistas e dos seus governos

A vanguarda com consciência de classe luta contra o capitalismo em decomposição com o programa da revolução social

Organizar a frente única anti-imperialista em defesa das nações oprimidas

A reunião iniciada no dia 16 de junho ocorre na situação de prolongamento da guerra na Ucrânia, que entrou no quinto ano, de grande descontentamento com a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, de manutenção da ofensiva do Estado sionista de Israel aos palestinos e libaneses, de intervenção do imperialismo norte-americano na Venezuela, de cerco econômico-militar a Cuba e de levante dos oprimidos na Bolívia. Na base desses acontecimentos catastróficos, se encontra a potenciação da guerra comercial e a escalada bélica.

Os Estados Unidos, sob o governo Trump, ampliou e recrudescceu o intervencionismo estadunidense em todo o mundo. No centro dos conflitos, comparece a emergência da China como potência econômica. Desde os primeiros sinais dados pelo governo Obama, em 2017, de que os Estados Unidos ergueriam barreiras comerciais diante da China, que a guerra comercial iria se acirrar. O governo Trump daria continuidade a esse curso já em 2018. O governo de Joe Biden manteria a linha da confrontação. Mas é no mandato atual de Trump que o choque comercial com a China expôs mais abertamente a profundidade da crise mundial e as tendências desintegradoras da economia norte-americana.

A projeção da China está em franca contradição com a necessidade dos Estados Unidos estancarem a perda de mercados, o processo interno de desindustrialização, o agigantamento do parasitismo financeiro e as pressões do complexo militar. Desde a debacle de 2008-2009, o ritmo e a intensidade do esfacelamento das relações mundiais elevaram as disputas econômica, financeira e comercial a ascender a escalada bélica.

Os Estados e seus governantes descarregaram a crise sobre os trabalhadores em geral e as nações oprimidas em particular. O baixo crescimento econômico tendente à recessão, o aumento do desemprego, o rebaixamento salarial, a elevação do custo de vida e a brutal precarização das relações trabalhistas potenciaram a luta de classes. Observa-se a interdependência da guerra comercial com a escalada bélica, bem como o impulso do combate dos explorados em defesa de suas reivindicações e a necessidade das nações oprimidas erguerem a bandeira da soberania nacional. No momento, destacam-se os cinquenta dias de luta na Bolívia. Movimento esse que conflui com o descontentamento generalizado dos explorados e com a prepotência do imperialismo norte-americano em sua guerra comercial contra China, que arrasta a América Latina.

É nessa situação convulsiva que o G7 tratou de questões como a guerra contra o Irã, a guerra na Ucrânia, os desequilíbrios comerciais. Por sua abrangência, envolve todos os continentes. Os mais afetados no quadro da discussão são as regiões do Oriente Médio e da Europa, por exigirem respostas quanto à continuidade ou interrupção das guerras. Mas, ficou visível que no centro de todos os acontecimentos desintegradores das relações mundiais emerge o antagonismo dos Estados Unidos, em primeiro plano, e das potências europeias, em segundo, com a China.

Em meio aos ataques ao que se qualificou de “concorrência desleal em alguns setores” e ao excesso de capacidade industrial, os representantes da burguesia imperialista destacaram o objetivo de romper o controle da China sobre os minerais críticos. Caminharam no sentido de um alinhamento para unir forças na guerra comercial contra a China, de forma a garantir a segurança no abastecimento, a promover a estabilidade das cadeias produtivas, a diminuir a vulnerabilidade industrial e a impulsionar os investimentos conjuntos nas áreas de segurança nacional. Um aspecto particular diz respeito ao endividamento mundial e o risco que representa nos países de economia atrasada, ou seja, denominada pelo imperialismo como “em desenvolvimento”.

Outras questões consideradas estratégicas foram aquelas que dizem respeito à alta tecnologia e a necessidade de regulação da inteligência artificial. Discutiu-se a necessidade das potências do G7 de manterem-se unidas na disputa com a China, para que essa não tome a frente no controle da tecnologia mais avançada. As matérias-primas sensíveis e as tecnologias estratégicas são motivos para o G7 se manter unido em um movimento de contraposição à China.

No fundo, as potências europeias procuraram convencer os Estados Unidos de que o distanciamento a que se chegou devido à ofensiva unilateral de Trump em sua diretriz de guerra comercial e de anexações (Groenlândia, sobretudo) dificultava manter a frente unida contra a China e a Rússia. A tese de fortalecimento das regras multilaterais não é compatível com a guerra comercial e a escalada militar. Pode-se, no entanto, se esperar o recrudescimento do confronto com a China e a busca por uma maior participação no controle dos minerais críticos e, especificamente, das fontes de terras raras.

O governo Trump criou animosidade com a União Eu-

ropeia e a Inglaterra quanto a que caminho tomar diante da guerra na Ucrânia. E Trump se sentiu atingido pela recusa das potências europeias em colocar a OTAN a sua disposição na guerra contra o Irã. Ressentiram-se da decisão unilateral dos Estados Unidos de atacarem o Irã e agravarem os desequilíbrios econômicos mundiais.

As sombras da guerra da Ucrânia e a do Irã, incluindo a da Faixa de Gaza e a do Líbano, turvaram a decisão da continuidade do financiamento ao governo de Zelensky e a confirmação por Trump do anúncio sobre a assinatura do memorando para se chegar a um acordo de fim da guerra com o Irã. Esteve claro na cúpula do G7 que os Estados Unidos não podem prolongar a guerra no Oriente Médio sem causar uma grande rachadura na economia mundial. O que dificultaria sua diretriz de enfraquecer a China.

Tudo indica, até onde chegaram as informações, que as potências imperialistas não têm como encontrar um denominador comum para alterar o curso da crise mundial e submeter a

China. Seus interesses são múltiplos e conflitantes. A burguesia europeia está voltada a anexar a Ucrânia e se confronta com a resistência da Rússia. A burguesia estadunidense se dirige contra o avanço mundial da China.

O fundamental está em que a classe operária e demais explorados vêm reagindo, de uma forma ou de outra, às consequências da guerra comercial e escalada militar. Ainda limitada, certamente. As mobilizações coletivas pelas reivindicações mais elementares colidem frontalmente com os governos, seja qual for sua orientação política.

A crise de direção vem dificultando, quando não obstaculizando, o desenvolvimento da luta dos explorados e das nações oprimidas. A compreensão da natureza histórica da crise mundial pela vanguarda com consciência de classe e a firmeza com que se coloque à frente dos combates – como os que vêm ocorrendo na Bolívia – é um imperativo para encarnar o programa da revolução social. É no terreno da luta de classes e da revolução proletária que o imperialismo será combatido e derrotado.

Disputa interburguesa no Ceará se acirra

As duas principais pré-candidaturas ao governo do estado, a do atual governador Elmano Freitas (PT) e a do ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes (PSDB) estão consolidadas e se isolaram das demais que não oferecem qualquer ameaça a este quadro. O equilíbrio eleitoral entre estas duas forças, e mesmo a ligeira vantagem de Ciro nas pesquisas, deram ânimo à oposição de direita quanto a uma mudança política no Ceará.

A aprovação ao governo Elmano tem caído nos últimos meses mesmo com a economia do estado apresentando melhoras, a exemplo da expectativa de crescimento do PIB em 2,8% para 2026. A coligação governamental (PT, PSB, PCdoB, PV, MDB, PSD, Avante, Podemos etc.) atenta a isso, aprova as posições mais direitistas que Elmano assume, especialmente na questão da segurança pública e apoio ao agronegócio.

No fronte interno, a coligação pretende resolver as querelas restantes e fechar até 4 de julho os nomes da chapa, o que implica definir os nomes dos dois candidatos ao Senado. Camilo Santana, preocupado com a consistência de Ciro nas pesquisas, assumiu pessoalmente a coordenação de campanha de Elmano e já conversa com mais de 113 prefeitos. Cid Gomes, mandatário do PSB no estado, reuniu, por sua vez, parlamentares em Sobral e declarou que Ciro "está ao lado de quem quis me matar", referindo-se ao atentado sofrido por ele em 2020, na greve da PM. Recentemente, durante os festejos de Santo Antônio, em Barbalha (interior do estado), governistas e oposicionistas assistiram juntos a uma cerimônia católica que quase termina em conflito, com insultos de um lado ao outro.

A recuperação de Elmano das pesquisas e a capacidade de arregimentação de prefeitos por parte de Camilo e Cid não deixam dúvidas quanto às tremendas dificuldades que Ciro terá de enfrentar. Sua coligação (PSDB, PL, União Brasil) terá menos recursos e menos tempo de TV; e o próprio Ciro se esquivou de declarações polêmicas envolvendo Flávio Bolsonaro e o escândalo do Banco Master a fim de evitar transtornos com o PL.

O crescimento de Elmano que já empata tecnicamente com Ciro (45,8% a 44,8%, segundo pesquisa divulgada em 16/06 pelo instituto AtlasIntel) vai se tornando uma dor de cabeça para os bolsonaristas que podem naufragar junto com o ex-ministro.

Luizianne Lins, que saiu do PT para a REDE atirando contra o regime partidário interno imposto por Camilo, tem apostado em negociações justamente com Camilo e Cid para que seu nome possa fazer parte da chapa do governo ao Senado. O PSOL que lançou a candidatura própria (Jarir Pereira) ao governo, encontra-se dividido e em crise, amargando menos de 1% das intenções de voto. A secretária de juventude do governo Elmano (Adelita Monteiro), ainda em abril, resolveu trocar de vez o PSOL pelo PT para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados. As demais correntes de esquerda não se dispuseram a construir plenárias unificadas para a discutir uma intervenção classista nas eleições, e vão mergulhando, como de costume, na aberta caça de votos.

Não há como pintar a disputa entre Ciro e Elmano – que já tomou conta do cenário político estadual – como um conflito entre democracia e fascismo, a exemplo do que vem fazendo a esquerda eleitoreira. Trata-se de uma típica disputa interburguesa para saber quem melhor gerenciará o governo para os capitalistas.

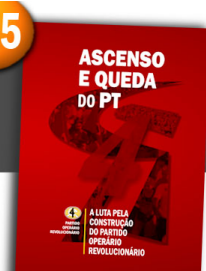
Os trabalhadores e a juventude pobre do Ceará, que encontram-se sem seu partido revolucionário, vêm sendo arrastados para as disputas interburguesas e, em menor grau, para o voto nos pequenos partidos reformistas e centristas. Frente a tudo isso, o POR permanece firme na posição de lutar pela independência de classe dos explorados e defende um programa que transforme as lutas instintivas das massas em luta por um governo operário e camponês.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.





NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Junho/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



Pernambuco

Publicamos um resumo do Boletim, distribuído no Centro de Manutenção de Cavaleiro, em 12 de junho, local onde o metroviário Tiago Barbosa morreu, na madrugada do dia anterior. Também colamos cartazes no local e na estação de metrô de Cavaleiro

A morte do metroviário Tiago Barbosa não foi acidente, foi um crime da burguesia e de seus governos!

Organizar a revolta e exigir todo o apoio necessário à família de Tiago; a liberação de recursos para o pleno funcionamento do metrô e que Lula interrompa o processo de privatização! Que os sindicatos e centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta para colocar abaixo as privatizações e reestatizar, sem indenização e sob o controle operário, as estatais privatizadas!

A extrema precarização da rede metroferroviária do Recife cobrou seu preço e o pior aconteceu: morreu aos 40 anos Tiago Barbosa dos Santos, no exercício de suas funções. Uma família foi dilacerada, uma esposa se tornou viúva, um filho se tornou órfão. O perigo de acidentes fatais ronda os metroviários, além da angústia com a iminência da privatização e o risco de perda do emprego.

Não foi acidente, foi crime

O metrô sofre há anos uma ofensiva da burguesia que quer privatizar a empresa pública para destinar recursos aos credores da dívida pública e abrir campos de valorização para o capital estrangeiro. Cada governante vai dando sua punhalada nas estatais: Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. A linha é de continuidade.

Lula está dando a punhalada final no MetrôREC. Manteve a CBTU no Plano Nacional de Desestatização e prepara a realização do leilão e da concessão, com a liberação de R\$ 3,5 bilhões de recursos públicos após a entrega. É vergonhosa a nota da CBTU que rejeita a vinculação entre a precarização e a morte, tratada como um simples acidente.

O chamado de um metroviário consciente

“Chegou o momento de parar tudo, dar nomes aos bois, cobrar aos responsáveis pela omissão que culminou na perda do nosso irmão. Que a sua partida (...) seja a virada de chave... Que o meu amigo seja o meio para trazer consciência à categoria”.

O papel do Sindmetro

O sindicato emitiu uma nota pública de denúncia, mas não chamou a categoria à luta concreta. O Boletim Nossa Classe defende a convocatória de uma assembleia democrática para erguer a luta para derrotar o plano de Lula e Raquel de privatizarem o Metrô de Recife. É preciso romper com o eleitoralismo e o governismo que amortecem o enfrentamento.

A greve de novembro de 2025, deflagrada após um acidente com incêndio de um vagão, foi desmontada em torno de um acordo sem garantias para a categoria. A promessa de preservar os em-

pregos sem barrar a privatização é pura ilusão. Alguns metroviários, sobretudo dos setores administrativos, podem conseguir ser reaproveitados, mas a maioria ficará de fora da “arca de Noé” caso a inundaçãõ privatista chegue.

A categoria vê com preocupação a porta giratória entre a gestão sindical e a CBTU. Em geral, sindicalistas combativos são perseguidos pela patronal. Quando são recompensados com cargos, certamente não é pela combatividade à frente da categoria.

É preciso que o sindicato convoque a assembleia geral e a ala combativa e consciente da categoria se organize para fortalecer a linha de enfrentamento em defesa da vida e dos empregos dos metroviários, do transporte digno para os usuários e da empresa pública. O Boletim Nossa Classe defende os métodos da ação direta coletiva, com as greves, ocupações e bloqueios para conquistar as reivindicações dos trabalhadores.

A luta dos trabalhadores bolivianos contra os ataques do governo são um exemplo do caminho a seguir.

Com privatização, acidentes fatais são mais frequentes

O Nossa Classe rememora a morte do metroviário Adriano Alves e o usuário do metrô, Lourivaldo Ferreira, ambos em São Paulo, pela ViaMobilidade, nos dias 6 de maio de 2026 e 2025, respectivamente. Faz a ligação da morte com a degradação das linhas pela entrega da empresa ao capital estrangeiro. Defende os métodos próprios da classe operária para derrubar essas medidas e aponta a necessidade dos sindicatos e centrais impulsionarem essas lutas.

Defendemos o fim das privatizações e terceirizações; a reestatização das empresas públicas privatizadas, sem indenização e sob controle operário; a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, com a escala móvel das horas de trabalho; que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo vital, calculado em R\$ 7.612,46 pelo DIEESE.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBÁRIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC defende os interesses das multinacionais frente à guerra comercial

A direção da Volkswagen organizou entre os dias 9 a 11 de junho, em Wolfsburg, Alemanha, uma reunião com os dirigentes sindicais dos países onde possuem fábricas, para apresentar seu planejamento estratégico para os próximos cinco anos. O presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, Wellington Damasceno, que participou do encontro informou que um dos temas centrais foi o avanço das marcas asiáticas. Em seguida declarou “existe uma preocupação real com a alta capacidade de produção da China, que mantém uma superprodução interna e exporta esse excedente, pressionando os mercados externos”. Wellington concluiu “não somos contra a concorrência, mas defendemos a fabricação local”. Como podemos ver, o burocrata Wellington fala como se fosse membro da direção da multinacional.

A burocracia sindical abandonou totalmente a defesa das reivindicações da classe operária e passou a defender os interesses da multinacional alemã, na sua guerra comercial com as montadoras chinesas e asiáticas. Há muito tempo, a Volks e demais montadoras levam a pelejada da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC para suas matrizes e lá apresentam os seus planos de reestruturação produtiva, que têm como objetivo reduzir seus custos através

dos acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos dos trabalhadores.

As multinacionais, sejam alemãs, americanas ou chinesas instaladas no Brasil, têm o mesmo objetivo: superexplorar a força de trabalho para aumentar seus lucros. O papel da direção do sindicato é o de organizar a luta independente da classe operária, que é internacional, para defender o programa próprio de reivindicações da classe operária e colocar fim à exploração capitalista.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a rejeitarem os acordos patronais e defender por meio da ação direta a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora; a efetivação dos trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização. Combater o fechamento de fábricas com a greve, a ocupação das fábricas e o controle operário da produção.

A tarefa colocada é a de construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias para expulsar a burocracia sindical traidora e resgatar o sindicato como instrumento de luta a serviço da estratégia da revolução e ditadura do proletariado.

Greve dos Técnico-Administrativos em Educação

Somente a greve ativa e unitária pode vencer a intransigência do Governo Lula/Alckmin em descumprir o Termo de Acordo

A greve dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) das Instituições Federais de Ensino (IFEs) pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve (TAG) de 2024 completa 115 dias, tendo superado a duração da Greve da Fasubra de 2024, e contando com a adesão de 53 IFEs. Dos 30 itens acordados entre a categoria e o governo no final da greve anterior, 23 ainda não foram plenamente implementados.

O governo Lula/Alckmin segue intransigente em descumprir o acordo, contando com o estrangulamento da greve pelo isolamento e passividade determinado pelo corporativismo. Sem recorrer à criminalização da greve, o governo busca vencer a categoria pelo cansaço, não se preocupando com o prolongamento do movimento grevista, que não interrompeu o funcionamento das IFEs.

A categoria, por sua vez, segue em greve de resistência nacional à política do governo burguês de frente ampla. Diante do descumprimento do acordo de greve e da precarização das condições de vida, a base demonstra disposição em manter a luta grevista. É emblemático o caso do Sindicato ASSUFOP, onde a base não compareceu à assembleia para votar o fim da greve local e, sem atingir o quórum, a direção ligada à CTB não conseguiu abortar o movimento grevista.

Ocorre que a estagnação e a passividade têm levado o movimento a se adaptar à intransigência do governo. Assim, embora com críticas dos trabalhadores mais conscientes, a pauta original da greve, de exigência do cumprimento integral do TAG dos TAEs de 2024, vem sendo reduzida, como abordamos em outra nota neste boletim.

A divulgação da Nota Informativa do MGI sobre a aceleração para os aposentados e pensionistas; a publicação da Portaria MGI N.º 4778, com o regime de plantão 12x60 (12 horas de trabalho com 60 horas de descanso) nos Hospitais Universitários (HUs); a publicação da Portaria MEC N.º 549, com o GT consultivo sobre gestão

democrática; e o informe da iminência da publicação da regulamentação do RSC, demonstram uma movimentação do governo. Trata-se de um avanço pontual, já que o governo declarava que cumpriu o acordo de forma integral, mas são medidas ultralimitadas que mantêm o (des)cumprimento parcial destes itens, posto que não garante a paridade, e não contempla os vigilantes, fora os outros 20 itens.

LANÇAMENTO

R\$10

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

**Funcionários de escola e a política de independência de classe**



Manifestação em novembro de 2021 contra governo Dória, na Praça da Sé

**MASSAS**
DIÁRIO DA REVOLUÇÃO E DA LUTA PROLETÁRIA

POR
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

O informe da dirigente sindical integrante do coletivo Travesia/Psol, no ato de 16 de junho na Casa Civil, de que aguarda a publicação da regulamentação do RSC para “sair da greve com essa conquista e focar no processo eleitoral” expressou a política de defesa da governabilidade em detrimento das reivindicações da categoria e a possibilidade de quebra da unidade grevista nacional. A categoria deve ficar alerta e reforçar a luta pela sua independência sindical, inclusive superando as ilusões democratizantes.

O momento atual exige firmeza para sustentar a unidade grevista, fortalecer a mobilização, arrancar a efetiva implementação dos itens acordados e ter uma saída vitoriosa da greve. Devemos confiar somente nas nossas forças. É preciso dar um basta nos métodos inócuos, de pressão parlamentar e assembleia online. Para a greve vencer é imperativo aproveitar o seu potencial de criar fatos políticos com ações físicas que confrontem o governo e façam a greve ganhar visibilidade e repercutir na mídia. Os atos unificados no Sul e no Rio de Janeiro são bons exemplos.

O Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra deve aprovar orientações claras para fortalecer a luta nacional. Para a CPE/POR, neste momento, é preciso:

- 1) manter a unidade da greve nacional da categoria, combatendo a saída isolada da greve;
- 2) publicar a lista atualizada com os 23 itens acordados pendentes de cumprimento integral;
- 3) incentivar atos unitários, regionais, estaduais ou interestaduais, inclusive com outras categorias;
- 4) construir uma campanha de defesa da greve, informando que a pressão da greve vem fazendo o governo se mexer e fomentando a adesão ao movimento por quem ainda não aderiu;
- 5) convocar um Dia Nacional em Defesa dos Salários, em 25 de junho, com atos unitários a serem construídos localmente e com o FONASEFE;
- 6) convocar um Dia Nacional em Defesa da Educação Pública em 30 de junho, com atos unitários a serem construídos localmente e com a CONEDEP;
- 7) Que o CNG realize um ato na Embaixada da Bolívia, em solidariedade ao levante popular das massas bolivianas.

Atos regionais da greve nacional: um exemplo a ser seguido

No dia 10 de junho aconteceu o 6º Ato Regional da Greve da Fasubra no Rio Grande do Sul. Com a participação de trabalhadores técnico-administrativos em educação de seis sindicatos da base da Fasubra na Região Sul (RS, PR e SC), além de estudantes, o ato interestadual denunciou o descumprimento do acordo, o atraso no pagamento dos terceirizados e o bloqueio do orçamento da educação.

O protesto envolveu trancaço no campus Centro da UFRGS, assembleia unificada, marcha de rua e entrega de um documento para a representação do MGI no RS, e repercutiu na imprensa burguesa.

Essa ação política demonstra o caminho para a greve nacional vencer, por isso é um exemplo a ser seguido em todo o país. Somente com uma greve ativa, baseada na ação direta massiva, portanto, na presença coletiva, nas manifestações de rua e na unidade dos explorados, é possível afetar os negócios da burguesia e obrigar o governo a ceder, recebendo e atendendo as reivindicações da categoria.

A greve passiva, de pijama e de internet, é o caminho da derrota, pois atomiza a classe, em vez de constituí-la como força coletiva capaz de enfrentar os governos e os capitalistas.

Governo Lula avança na imposição da austeridade fiscal e da contrarreforma administrativa nacional

Para atender as exigências do imperialismo, em especial com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, o Governo burguês de Lula/Alckmin avança com a imposição de medidas de ajuste fiscal, contenção de gastos sociais, precarização da administração pública e cooptação das organizações.

O Decreto Nº 12.990/2026, de 29 de maio de 2026, bloqueou bilhões do orçamento nacional, sendo R\$ 1,6 bi do Ministério de Educação (MEC), atacando frontalmente o funcionamento das IFEs, visando cumprir as metas do Novo Arcabouço Fiscal (NAF).

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) referente ao ano de 2027 foi enviado ao Congresso Nacional sem previsão de dotação orçamentária para majoração dos salários ou auxílios dos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal, indicando mais um ano de congelamento salarial para milhares de trabalhadores. O PLDO ainda impõe gatilhos para impedir reajustes acima da inflação do último ano, consolidando perdas históricas.

Com isso, o Governo Federal ignorou a solicitação da bancada sindical na 1ª Reunião da Mesa Central de Negociação Permanente de 2026. Apesar disso, infelizmente, as burocracias colaboracionistas que ajudaram a eleger o governo burguês de frente ampla e estão pela sua reeleição, não só seguem apostando nas negociatas de cúpula, sem organizar a luta coletiva, como estão defendendo a aprovação de um PL que legaliza a política de colaboração de classes.

Trata-se do PL N.º 1.893/2026, sobre a regulamentação da Convenção N.º 151 da OIT e a negociação coletiva no setor público, que tramita em regime de urgência no Congresso. Este PL objetiva, explicitamente, “reduzir a incidência de greves no setor público” prevendo a institucionalização de mesas de “negociação” permanente, cujas reuniões dependem da vontade do governo de plantão, o qual não terá qualquer obrigação de negociar e muito menos de repor as perdas salariais inflacionárias e atender as reivindicações dos trabalhadores.

O PL é um mecanismo de cooptação e contenção da luta de classes, que ajudará o governo a impor suas medidas sob a aparência de diálogo com as entidades sindicais, em troca da limitação das greves e da licença sindical remunerada pelo Estado para as burocracias sindicais. É bem provável que após a aprovação deste PL surja uma nova medida legislativa de restrição das greves no serviço público federal, o que inclui a obrigatoriedade de funcionamento de no mínimo 20% de qualquer serviço em plena greve, caso ocorra.

O Governo Lula/Alckmin também promove a Reforma Administrativa infraconstitucional, através do MGI, com uma profunda reestruturação gerencial das relações de trabalho na administração pública civil. O processo envolve milhares de ações, como restrição de concursos públicos, gestão de desempenho, plataformação, teletrabalho, carreiras transversais, cargos genéricos, contratações temporárias, ataque à estabilidade no emprego, remuneração variável, etc. É a destruição do baixo funcionalismo, e a ampliação dos contratos terceirizados e temporários.

Com a Nova Lei da Gestão Pública, em substituição ao Decreto-Lei 200/1967, avançará a política empresarial e privatista na administração pública brasileira, sobretudo com a flexibilização dos vínculos trabalhistas e a ampliação de fontes privadas de financiamento na Administração Pública Federal.

Junto a isso, vislumbra-se o ataque aos pisos constitucionais da educação e saúde. Essa perspectiva de aprofundamento dos ataques às massas trabalhadoras demonstra a necessidade da organização coletiva e revolucionária.

Nota do MGI sobre a aceleração: governo segue atacando os trabalhadores aposentados. Que se cumpra a paridade já!

No Ofício MGI N.º 38.395/2026, de 06 de abril, o MGI afirmou que indeferiu o reposicionamento dos aposentados na transposição do PUCRCE para o PCCTAE e sequer realizou os estudos de impacto, pois não identificou inconsistências, de maneira que se procedesse com a revisão do posicionamento funcional dos aposentados estaria violando os princípios da isonomia, impessoalidade e reserva legal. Já na Nota Informativa N.º 10.800/2026, de 20 de maio de 2026, o MGI não assegura o tratamento isonômico entre trabalhadores em atividade e aposentados, violando estes princípios. Quer dizer, o MGI recorre à paridade, desde que prejudique os aposentados.

Em resposta à consulta do MEC sobre a aplicação da aceleração da progressão por capacitação para aposentados e instituidores de pensão com direito à paridade, a Nota do MGI se refere apenas ao § 3º do Art. 10-B da Lei 11.091/2005 (PCCTAE), sobre a regra geral para a concessão da aceleração, ignorando o parágrafo subsequente (4º) que estabelece a regra de transição que fundamentou a concessão da aceleração automática em decorrência da reestruturação da carreira, notadamente da redução do interstício da progressão por mérito profissional e da alteração na matriz remuneratória.

Nesta direção, o MGI manobrou afirmando que “a eventual repercussão nos proventos e nas pensões somente se justifica quando configurada hipótese de correção de situação funcional pretérita, isto é, quando demonstrado que a pessoa servidora, ainda em atividade, já havia implementado integralmente os requisitos para determinado direito” e indicando a eventual revisão do ato original de concessão da aposentadoria ou pensão como requisito para a aplicação da aceleração para os aposentados e pensionistas, observado o rito e o prazo decadencial, o que praticamente anula o direito à aceleração.

É um contrassenso com a aceleração automática, instituída aos trabalhadores em atividade, como vantagem de caráter geral. Conforme Nota Técnica da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) da Fasubra, por força da paridade, deve-se garantir a extensão da aceleração automática aos aposentados e pensionistas da mesma forma e pelo mesmo procedimento já adotado para os servidores ativos.

A propósito, o reconhecimento da possibilidade da concessão da aceleração para quem cumpriu os requisitos durante a vida funcional e não formalizou a progressão por capacitação à época, também deveria abranger todos os trabalhadores, ativos e aposentados.

A CPE/POR defende a paridade entre ativos e aposentados, a começar pela extensão imediata e retroativa da regra de transição da aceleração da progressão por capacitação, a concessão do RSC e a extinção do IQ Indireto, para aposentados e pensionistas.

Direção da Fasubra consegue aprovar rebaixamento na pauta da greve, abandonando itens pendentes do TAG de 2024

O Informe de Greve (IG) N.º 13/2026, de 29 de maio, indicou que na rodada nacional de assembleias de 18 a 23 de maio, tragicamente, apenas 6 entidades sindicais, entre as quais o SinTUFABC, deliberaram pela rejeição dos encaminhamentos discutidos com o MEC na reunião de 13 de maio, data da falsa abolição da escravidão no Brasil. A aprovação dos encaminhamentos pela maioria das assembleias, ainda que com condicionantes, permitiu que o CNG deliberasse (42x31) pelo envio do Ofício Fasubra N.º 58/2026 ao MEC.

O ofício indica condições mínimas para o fim da greve, apontando o aceite dos encaminhamentos discutidos com o MEC e adicionando outros seis itens: a publicação do decreto de regulamentação do RSC; o estabelecimento de cronograma para os GTs, com prioridade aos que envolvem aposentados; a instituição do plantão 12x60; a implementação da hora ficta via folga nos HUs; que no termo de acordo conste a compensação de greve por tarefas represadas; e o agendamento de uma nova reunião de negociação.

Nota-se que na rodada de assembleias anterior, realizada de 27 de abril a 08 de maio, a maioria das assembleias (14x07) rejeitou a priorização de itens da pauta, conforme o IG N.º 12, de 16 de maio. Ocorre que o núcleo de itens prioritários já estava burocraticamente definido pelas direções nacionais da categoria desde o início da greve, haja vista o Ofício Conjunto Fasubra-Sinasefe N.º 02/2026. Assim, a manobra a partir da reunião no MEC serviu para a categoria abandonar diversos itens acordados pendentes e, assim, respaldar a capitulação diante do autoritarismo do governo burguês de frente ampla que segue demonstrando desdém com a mobilização da categoria.

Em todo esse percurso, a Corrente Proletária na Educação/POR manteve erguidas as bandeiras que levantamos ainda no início da retomada da greve nacional, especialmente o cumprimento integral e imediato do TAG de 2024 e a defesa de uma mesa única de negociação entre a Fasubra e todos os órgãos governamentais pertinentes. Diante do rebaixamento da pauta original da greve, seguimos denunciando as burocracias colaboracionistas e fortalecendo o sindicalismo independente, classista e consequente com os interesses dos trabalhadores.

Assembleia Geral dos servidores do IFPE: Apoio aos levantes da Bolívia, defesa dos recursos sindicais e participação na Plenária Nacional do Sinasefe

A primeira Assembleia Geral dos servidores do IFPE dirigida pela gestão Classista e Independente ocorreu no dia 10 de junho no formato híbrido, com aproximadamente 10 pessoas presencialmente e 8 virtualmente. Entre as pautas, destacamos a análise de conjuntura, apoio financeiro do sindicato e participação na 209ª Plenária Nacional do Sinasefe.

Análise de conjuntura e apoio aos movimentos da Bolívia e das estaduais paulistas

A análise de conjuntura é um esforço da gestão em trazer debates que permitam ao movimento sindical dos servidores públicos superar o corporativismo e avançar na construção de unidade com outras categorias. Por isso, trouxemos para discussão a análise das tendências bélicas impulsionadas pelo imperialismo, com a continuidade da guerra na Ucrânia e guerra dos EUA/Israel contra o Irã; a guerra tarifária de Trump contra os países, inclusive o Brasil; e o aumento do custo de vida e miséria promovida pelas guerras. Também trouxemos ao debate a resistência das massas ao avanço da opressão capitalista, como ocorre agora na Bolívia, que desde 1º de maio enfrentam as medidas antipopulares e antinacionais

do governo Rodrigo Paz, que responde reprimindo as massas; e, a greve das universidades estaduais paulistas, que enfrentam o governo direitista e privatizante de Tarcísio. Diante desta discussão a assembleia aprovou as moções de apoio aos movimentos na Bolívia e à greve da USP e demais estaduais paulistas.

Assembleia rechaça uso dos recursos sindicais à eventos institucionais

Sobre apoio financeiro, um filiado solicitou à gestão apoio para participação em evento acadêmico. Em reunião de gestão, nos posicionamos contrários ao uso dos recursos sindicais para sustentar os eventos institucionais. A falta de recursos para participação em eventos científicos é manifestação dos cortes recorrentes de verbas à educação. O sindicato não deve servir para minimizar os impactos do corte de verba. Uma direção sindical de luta deve organizar os trabalhadores contra os ataques que ferem suas condições de trabalho. A maioria dos servidores em assembleia repudiou o apoio financeiro do sindicato aos eventos institucionais, negando a solicitação.

Além disso, foi questionada a falta de prestação de contas da antiga gestão (PT e Movimento Escola Popular) que já ultrapassou o prazo do regimento sindical. A postura da assembleia mostra a importância da direção sindical defender a transparência no uso dos recursos sindicais e que estes recursos sejam utilizados para fortalecer a luta dos trabalhadores.

Foi feito o balanço da rodada de assembleias presenciais nos campi, onde a CPE reforçou a importância da retomada dos métodos presenciais, e fez crítica à manutenção da assembleia híbrida. O argumento de ser uma forma de garantir maior participação das pessoas não se sustenta, porque continua a média de 8 servidores. Ou seja, o método virtual só serve para manter os servidores na passividade. Precisamos fazer um balanço autocrítico e garantir que as ações sindicais sirvam para mobilização dos trabalhadores contra os ataques dos governos.

Rondônia

Prefeito e direções sindicais continuam embromando os trabalhadores em educação de Porto Velho

Desde o início do ano, os trabalhadores de educação do município de Porto Velho cobram do prefeito o atendimento das reivindicações de 2026. As direções sindicais, por sua vez, fazem o jogo da embromação. A data-base do município é o mês de abril, já estamos em junho e até o momento sequer deram respostas ou fizeram assembleia para aprovar o caminho para enfrentar o prefeito Leo Moraes. O prefeito aproveita a passividade da direção do sindicato para continuar pagando somente o percentual do piso, em forma de complemento para os professores que estão ganhando abaixo do piso nacional. Os demais professores que recebem no valor do piso ficam sem atualização salarial.

As três entidades - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia (Sinprof/RO) e Sindicato dos Servidores do Município de Porto Velho (Sindeprof) -, em maio, marcaram uma assembleia do funcionalismo municipal e fizeram uma convocação por meio das mídias sociais para realizar uma manifestação no dia 28/05 em frente à prefeitura. Antes do dia, desmarcaram a assembleia, alegando que o prefeito estaria viajando e remarcarão para 9 de junho. Chegado o dia, nada ocorreu.

209ª Plenária Nacional do SINASEFE virtual – construção burocrática do 38º CONSINASEFE

A Plenária Nacional do Sinasefe ocorreu em 17 de junho completamente virtual, pautando principalmente o 38º CONSINASEFE, Congresso Nacional do Sinasefe, instância máxima do sindicato, que terá a função de eleger a nova direção nacional.

A CPE/POR atua na gestão do Sindsífe e apresentou críticas tanto ao formato da assembleia geral híbrida quanto à Plenária Nacional virtual. Mas, diante da pauta, construção do Congresso, defendemos a importância da seção não se abster deste espaço. A assembleia aprovou um delegado de base e a direção indicou a representação de um membro da gestão, além da aprovação de 3 observadores.

As plenárias do Sinasefe normalmente ocorrem nos finais de semana, mas esta ocorreu em apenas 3 horas, o que fez com que o regimento do Congresso não fosse completamente analisado e aprovado. A polêmica maior foi em torno à data do 38º CONSINASEFE, que seria no final de semana do ENEM, entre 04 e 08 de novembro, onde muitos servidores atuam. A votação na Plenária ocorreu por formalidade, porque a direção nacional já havia inclusive pago ao hotel do evento. Para tentar diminuir os impactos dos que atuarão no ENEM foi alterada as datas e ficou entre 03 e 07 de novembro deste ano. A programação apresentada traz pouco espaço para debate, mas ainda não foi definida por falta de tempo na 209ª Plenária Nacional. Por isso, será convocada mais uma plenária virtual para concluir a pauta de organização do Congresso.

O fato é que, sem relacionar a construção do Congresso à necessidade de luta dos servidores, a direção nacional burocraticamente conduz o processo em Plenárias virtuais, com maior participação dos coletivos que já estão na direção nacional. Mais uma vez os métodos virtuais são utilizados para reforçar o distanciamento entre o sindicato e base.

São essas condutas que fortalecem o descrédito dos trabalhadores da educação para com o sindicato. Acabam confundindo o sindicato com a sua direção e ficam céticos no que diz respeito às lutas da categoria. Situação que vem se repetindo, em função das derrotas sofridas há algum tempo.

Ficou claro que uma parcela de trabalhadores da educação criou ilusão na eleição de Leo Moraes/Podemos, tendo em vista as promessas de campanha, no sentido de atender às reivindicações não concedidas pelo prefeito anterior. Essa parcela chegou a fazer campanha para elegê-lo. Agora, está sentindo o gosto amargo de confiar nesse algoz.

Considerando a revolta e pressão da base, os três sindicatos fizeram uma reunião com o prefeito e, por fim, remarcam uma assembleia para 23 de junho. No entanto, o prefeito, após essa reunião com os sindicatos, lançou um decreto de contingenciamento de gastos, para justificar que não pode conceder reajuste salarial ao funcionalismo público do município.

A Corrente Proletária na Educação/CPE/POR conchama os companheiros e companheiras a comparecer na assembleia uni-

ficada de 23 de junho. E aprovarem o caminho da luta coletiva para impor as reivindicações e o método próprio dos trabalhadores, que é a greve. Chega de enrolação das direções sindicais. O prefeito já respondeu: não atenderá às reivindicações. Somente a ação unitária e coletiva poderá impor ao prefeito. Caso contrário,

os trabalhadores terão de continuar amargando os baixos salários, diante da elevação do custo de vida.

Não podemos arredar o pé, temos de ser firmes. O divisionismo só nos enfraquece e prejudica a todos. Unidos teremos a força necessária para enfrentar o prefeito.

Rio Grande do Norte

É necessário continuar e fortalecer a Oposição Unificada no Sinte-RN

A eleição para a direção do Sinte-RN teve como resultado a manutenção da atuação direção do PT. A chapa 1 obteve 8.323 votos (80,85%), enquanto a chapa 2, de Oposição Unificada, composta por Muda Sinte (PSTU, ART e simpatizantes), Corrente Proletária (CPE/POR), PSOL e independentes, obteve 1.971 votos (19,15%).

Os melhores resultados para a chapa de Oposição foram em São Gonçalo do Amarante (268 votos – 74,86%) e nas regionais de Umarizal (270 votos – 85,99%) e Ceará-Mirim (231 votos – 39,02%). São regionais e núcleo dirigidos por setores da Oposição Unificada.

Na regional de Ceará-Mirim, o número de votos na Chapa 2 teria sido maior, caso a rede municipal de Extremoz, historicamente de maioria da Oposição, não tivesse sido excluída da base de filiação do Sinte-RN. Esse fato ocorreu no final de 2024, por meio de um Congresso “Extraordinário” convocado de última hora pela atual direção do PT, para cumprir uma decisão ditatorial do Ministério do Trabalho do governo Lula, de interferência no Estatuto do sindicato.

Em Natal, foram 456 votos na chapa 2 de Oposição, que corresponde a 24,99% dos votos na capital. Nas visitas às escolas, foi

possível perceber uma insatisfação crescente de uma parte da categoria com a atual direção, e uma certa abertura desses trabalhadores à chapa de Oposição. Junto a isso, um grande abstencionismo nas eleições e muitos trabalhadores desfilados, reflexo negativo da frustração com a direção do PT.

Os trabalhadores da rede estadual amargam sucessivos calotes nos retroativos, que se acumulam desde 2023 sem serem pagos pelo governo Fátima (PT). Na rede municipal de Natal, os professores enfrentam ataques sistemáticos por parte da prefeitura de Paulinho Freire (União Brasil), com fragmentação da categoria em três regimes de contratação, falta de isonomia, não tem dia de planejamento, jornadas exaustivas e expulsão dos professores das específicas.

Com a conclusão dessa eleição sindical, a Corrente Proletária fez um chamado ao fortalecimento da Oposição Unificada no Sinte-RN, que impulse a luta dos trabalhadores em educação, independente de qual seja o governo, a partir do chão da escola e dos problemas concretos e mais urgentes da categoria.

Ceará

Eleições para DCE da UFC

Vitória da chapa 20 não assegura luta consequente contra frente ampla

Na segunda semana de junho, foi encerrado o processo eleitoral para a nova gestão do DCE da UFC. A chapa 20, “Ainda é Pouco, Quero Mais!”, (PCBR, Correnteza/UP e setores à esquerda do PSOL) da chamada oposição de esquerda unificada da UNE, venceu a disputa com 4.572 votos, uma larga vantagem sobre as demais chapas. A chapa 30 “Chama geral para ocupar o DCE” (PCB e estudantes independentes) ficou em segundo com 553 e a chapa 10 “Por uma universidade popular” (UJS/PCdoB e Juventude Pátria Livre) em terceiro com 112 votos.

As eleições serviram de termômetro para avaliar a influência que têm as diferentes correntes no movimento estudantil. Mas, o programa das chapas é a pedra angular para determinar o nível de elevação desse movimento. A chapa vencedora não se unificou sob um programa político preciso e, quando o divulgou, limitou-se a criticar o Arcabouço Fiscal do governo Lula/Alckmin, sem denunciar o próprio governo burguês de frente ampla como o responsável por vários ataques às universidades. A maneira oportunista de unificação das correntes de oposição – inclusive compondo tendências governistas – permitiu que também imperasse a política oportunista da majoritária. Mesmo aqueles que se colocavam no campo classista da universidade, como o PCBR, foram arrastados para o lado mascarado do governismo.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) não contou com as forças necessárias para constituir uma chapa classista e não foi possí-

vel chamar o voto em nenhuma das chapas concorrentes. Assim, se colocou pelo voto nulo, em defesa de um programa classista para a construção de um DCE verdadeiramente democrático, combativo e independente.

A nova gestão segue a linha da boa convivência com a Reitoria e os governos burgueses de plantão. Em seu manifesto, distribuído durante a campanha, por exemplo, não há uma palavra sequer sobre o problema do ensino privado e a necessidade da estatização sem indenização de todo o sistema educacional. E por quê? Porque, uma vez que se comprometem a proteger Lula e Custódio, o reitor da UFC, dos ataques da ultradireita, não podem pautar bandeiras que se chocam com o governo. Por isso, é que falam tanto do arcabouço, mas nunca de Lula. Dessa forma, não se pode construir um DCE independente, por mais que se levantem o máximo de reivindicações parciais justas.

É fundamental que os estudantes se coloquem no campo da independência política diante dos governos e da burocracia acadêmica. Que defendam o fortalecimento de uma oposição de luta ao DCE. Que ergam as bandeiras da autonomia universitária, assembleias democráticas e aprovem a luta por um único sistema de ensino público, gratuito, laico e voltado à produção social. O que significa travar um combate à privatização da educação.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional**

Nº16/2026 - 14 de junho

@massas.por - www.pormassas.org**MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)**

CARTA DE DEFESA DO MOVIMENTO CAMPONÊS, INDÍGENA, OPERÁRIO E POPULAR DA BOLÍVIA

À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

A manifestação de hoje, 14 de junho, na Avenida Paulista, ocorre em um momento que o governo Rodrigo Paz tem de decidir pela brutal repressão ou fazer alguma concessão aos dirigentes dos bloqueios dos camponeses/indígenas e protestos dos operários. São 44 dias de luta e resistência aos ataques políticos do governo, de seus aliados fascizantes e da retaguarda imperialista dos Estados Unidos.

O combativo e coeso movimento das massas oprimidas bolivianas se tornou referência na América Latina, que vem sendo golpeada pelo imperialismo norte-americano e pelos governos e suas burguesias serviçais. Eis por que obrigou a maior parte das correntes de esquerda a fazer romaria ao país andino. Todas tiveram de declarar apoio ao movimento e condenar o governo antinacional e antipopular, que se encontra no poder a apenas sete meses. Aumentou a apreensão sobre a possibilidade de Rodrigo Paz recorrer às Forças Armadas, depois de o Congresso Nacional ter aprovado a lei que permite ao governo recorrer ao “estado de emergência”. O que daria segurança legal à polícia e às Forças Armadas para desfecharem ataques sangrentos.

Os aliados de ultradireita, representados por Tuto Quiroga, conhecido por suas posições e ações fascizantes, atacam Paz a recorrer aos métodos da violência típicos da contrarrevolução. O governo se utiliza desses aliados para levantar a bandeira da pacificação, que implica um recuo do movimento e uma abertura de espaço para a manobra das direções que se colocaram pela reivindicação de renúncia do presidente. Com uma mão, acena-se a procura de um acordo; com outra, a aplicação do “estado de emergência”.

O Ministério Público e a Igreja Católica atuam sobre os representantes provinciais e municipais a aderirem a um “Pacto Social pela Paz e Reconciliação”. Se prosperar a ideia de uma “agenda nacional” acenada por lideranças da Federação Departamental de Camponeses de La Paz, o movimento poderá se ver diante de uma forte pressão favorável ao governo.

Por não estarmos diretamente ligados aos acontecimentos, apenas indicamos sinais de uma tendência de as direções retrocederem, aproveitando-se da avaliação de que já há um cansaço dos manifestantes. O receio do governo de impor a lei de “emergência” se explica pela possibilidade de ampliar e recrudescer o movimento das massas, que avançaria ainda mais no sentido de decidir sobre o poder do Estado. Uma mudança na relação de força entre a burguesia e a maioria oprimida colocaria a crise política nos marcos avançados da luta de classes, ou seja, da revolução e contrarrevolução.

O argumento de Paz de que o governo se ampara na lei de exceção para enfrentar o narcoterrorismo e não as organizações sociais, que o ajudaram na eleição para vencer o candidato do MAS, por enquanto prevalece e conta com o apoio de governos burgueses de distintas orientações, como o de Lula, Millei, Kast etc.

Com o agravamento da crise econômica e o aumento das dificuldades da população de ter acesso aos produtos essenciais, as direções do movimento que confluíram para a bandeira de renúncia do presidente podem abraçar as bandeiras de Pacto Social e de “agenda nacional”. Está claro que o impasse não tem como permanecer por muito tempo, uma vez que acabará favorecendo a manutenção do governo. Logo mais, veremos o quanto as direções do movimento poderão manter no alto o objetivo político de renúncia de Paz, que provavelmente abriria caminho para novas eleições, ou constituição de um governo de composição que admitisse a participação de representantes das organizações camponesa, indígena e operária. Desde o momento em que prevaleceu a linha estratégica de renúncia, evidenciou-se a debilidade das direções adaptadas ao capitalismo, à opressão imperialista e à caricatura democrático-burguesa.

Nosso movimento de apoio à revolta dos explorados bolivianos não pode estar subordinado à estratégia de trocar um governo burguês por outro. É o que está acontecendo com a maioria das correntes que se

limitam a um apoio circunstancial à luta na Bolívia. Acabam, assim, se submetendo à bandeira de renúncia do governo e de defesa da democracia, como se as suas consequências estratégicas não pudessem ser avaliadas com maior probabilidade de troca de um governo burguês por outro.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) tem combatido essa posição e lutado no seio do movimento para que as massas encarnem o programa da revolução social. Deixa claro que é preciso consolidar a aliança operária e camponesa, erguer a frente única anti-imperialista e elevar a compreensão de que somente a tomada do poder e a formação de um governo operário e camponês poderão vencer as forças da conservação e da contrarrevolução. Para isso, o movimento pode recorrer a experiência histórica da luta de classes passada, da qual emergiu a Assembleia Popular de 1971. Trata-se de uma situação de revolta das massas extremamente favorável para se criar um verdadeiro organismo de luta pelo poder, que é a Assembleia Popular.

Reconhecemos que há um caminho a percorrer pelo POR em seu objetivo histórico de encarnar a direção da aliança operária e camponesa. Todas as forças que de fato estão pela defesa da vitória, ainda que parcial do levante iniciado em 1º de Maio, têm o dever de se colocar no terreno da diretriz política, da tática e da estratégia da revolução social, que por sua natureza de classe é proletária.

A maioria das correntes de esquerda tem se esmerado em isolar o POR boliviano. O que resulta correr por detrás das direções reformistas e democratizantes que vêm guiando e condicionando os limites da luta contra o governo burguês de Rodrigo Paz. É um erro limitar o apoio ao povo boliviano às críticas ao governo Lula e exortações para que ajude o movimento e não ao governo Paz.

A forma mais correta e verdadeira de contribuir com os camponeses, indígenas, operários e demais trabalhadores oprimidos é a de organizar a frente única anti-imperialista que no último período vem se colocando como o caminho para enfrentar os governos burgueses, sejam ultradireitistas, direitistas ou nacional-reformistas.

A frente única anti-imperialista permite à vanguarda com consciência de classe trabalhar pela independência política dos explorados nos marcos da luta por um programa próprio de reivindicações e pela estratégia da revolução socialista e do internacionalismo proletário.

As correntes que em palavras fazem discursos de apoio aos explorados bolivianos se negam a arregaçar as mangas e pôr em prática a construção da frente única anti-imperialista. Isso quando a revolta na Bolívia se tornou o epicentro da luta de classes na América Latina e, assim, da resistência à ofensiva imperialista dos Estados Unidos no continente.

O Partido Operário Revolucionário do Brasil, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), tem dedicado seus esforços a expressar o combate do marxismo-leninismo-trotskismo na Bolívia, colocando-se não só na divulgação de seus posicionamentos programáticos como também no terreno prático da construção da frente única anti-imperialista.

Com essa Carta ao movimento de apoio às massas bolivianas, esperamos que a militância mais consciente e consequente das inúmeras correntes de esquerda rompam com a política historicamente preconceituosa de isolamento do POR boliviano. Esse é um passo concreto no auxílio à luta de classes na Bolívia e na América Latina. Passo esse muito importante para enfrentar a crise de direção que é internacional. Os combates na Bolívia não se limitam aos bolivianos. Apesar de suas evidentes particularidades, confluem com a luta de classes na América Latina e nas demais latitudes.

Chamamos as correntes de esquerda a estudarem, compreenderem, divulgarem e praticarem as experiências do POR da Bolívia, que agora retornam ao olho do furacão revolucionário no país andino. É com essa política que responderemos a situação convulsiva mundial, sobressaltada pela guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, Faixa Gaza, Cisjordânia e Líbano no Oriente Médio. Responderemos a bárbara guerra instalada na Ucrânia que já alcançou cinco anos. Responderemos à guerra comercial lançada pelos Estados Unidos em todo o mundo e, em particular, na Ásia contra a China. Responderemos à escalada militar que ameaça transbordar os limites regionais das atuais guerras em curso. Responderemos à desintegração da ordem internacional do pós Segunda Guerra Mundial com o programa, os meios e os métodos da luta de classes.

Toda força à luta da maioria oprimida boliviana!

Pela revogação imediata da lei de "estado de emergência"!

Pela derrocada do governo burguês antinacional e antipopular de Rodrigo Paz!

Pela organização da frente única anti-imperialista!

Pôr em pé a Assembleia Popular!

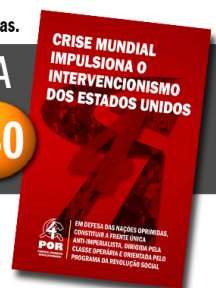
14 de junho de 2026

LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

R\$40

O POR dedica este livro à tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia e a direção da classe operária. Está posta de maneira absolutamente clara a defesa das nações oprimidas contra a opressão imperialista.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Intervenção do POR em apoio à luta dos camponeses, indígenas e trabalhadores em geral bolivianos contra o governo de Rodrigo Paz



Campanha junto à classe operária na Mercedes, GM, Lorenzetti e Braskem

O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, vem fazendo a campanha nas fábricas em defesa do levante de camponeses, indígenas, operários e demais trabalhadores na Bolívia, contra o plano privatista e entreguista do governo ultradireitista de Rodrigo Paz, capacho do imperialismo.

Durante a agitação, a militância do POR defende a necessidade de seguir o exemplo

de luta do povo boliviano e chama os operários a exigirem que as direções dos sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula, que está apoiando o governo ultradireitista de Rodrigo Paz e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção, bloqueios de estradas e manifestações de rua, como preparação da greve geral no Brasil. Constituir a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária para derrotar a ofensiva imperialista e a burguesia nacional entreguista.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia, sessão do Comitê de Enlace pela reconstrução da Quarta internacional (CERQUI), está intervindo no levante defendendo a constituição da Assembleia Popular como organismo de poder das massas, constituir a aliança operária e camponesa. O POR chama as massas a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas, a rechaçarem a troca de um governo burguês por outro e a lutarem sob a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, do governo operário e camponês.

Reproduzimos a moção aprovada pelo SINDSIFPE

Moção de Solidariedade: Todo apoio à luta do povo boliviano

A Bolívia vive um momento de intensa mobilização do movimento camponês, indígena, operário e popular. As manifestações iniciaram em 1º de Maio, inicialmente com um chamado de greve geral pela COB (Central Operária Boliviana), seguido por bloqueios em rodovias por todo o país. Há mais de 45 dias, o povo boliviano ocupa as ruas e mantém bloqueios nas estradas para denunciar a alta do custo de vida, as privatizações, o desemprego, a fome e as políticas que atacam direitos sociais conquistados com muita luta. Essas manifestações são a expressão da resistência à política antipopular e antinacional do governo direitista e pró-imperialista de Rodrigo Paz, que está há sete meses no poder.



No dia 7 de junho, o Congresso aprovou uma Lei de Regulação dos Estados de Exceção, ao mesmo tempo em que o governo incentiva grupos paramilitares a romperem os bloqueios. Paz tem se alinhado ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, argumentando que o estado de exceção se aplica para combater o narcoterrorismo. Trata-se de um pretexto para reprimir os levantes e contribuir para o saque e a exploração dos recursos naturais da Bolívia, que possui valiosas reservas de lítio, metal indispensável para a indústria da tecnologia e da transição energética.

O papel do governo Lula tem sido de apoio ao governo represor de Paz, com envio de armas não letais para reprimir os protestos e “ajuda humanitária”. Repudiamos a repressão e a criminalização dos movimentos sociais, e defendemos o direito de organização, manifestação e luta de todos os setores populares mobilizados na Bolívia. Os manifestantes têm levantado a exigência de renúncia

de Rodrigo Paz. A situação exige atenção, pois não basta a troca de um governo burguês por outro. Setores mais avançados do movimento defendem a convocatória de uma Assembleia Popular para unificar todos os oprimidos bolivianos em uma frente única anti-imperialista.

A luta anti-imperialista conecta todos os povos oprimidos do mundo em rechaço ao genocídio palestino, à agressão imperialista ao Irã, ao sequestro do presidente Maduro e de Cília Flores na Venezuela e ao bloqueio a Cuba, dentre outros. O Brasil

também tem sido atingido com a imposição de tarifas por parte do governo dos Estados Unidos e com interferências na política nacional, além do saque de nossas riquezas por meio de privatizações e do sistema da dívida pública — o que leva a contrarreformas, ao arrocho salarial do funcionalismo e ao subfinanciamento das políticas sociais, inclusive da Educação.

O Sindicato dos Servidores e Servidoras dos Institutos Federais de Pernambuco (SINDSIFPE), seção sindical do SINASEFE, manifesta sua solidariedade ao povo boliviano e fortalece a defesa do atendimento de suas reivindicações. Consideramos que os métodos de luta adotados devem ser assimilados também por nossa categoria e demais trabalhadores brasileiros.

- **Pelo fim imediato da repressão e da criminalização dos protestos!**
- **Pela liberdade aos presos políticos!**
- **Não à lei de Estado de Exceção!**
- **Viva a resistência heroica do povo boliviano!**

Assembleia Geral dos servidores do IFPE discutiu o intervencionismo imperialista e o apoio à luta do povo boliviano

Um dos pontos de discussão da Assembleia Geral, ocorrida no dia 10 de junho, foi sobre a situação mundial e a resposta das massas oprimidas. O POR fez a defesa da resistência do

povo boliviano contra as medidas do governo antinacional e antipopular de Rodrigo Paz. E a assembleia aprovou uma moção de apoio aos lutadores bolivianos.

Pronunciamento do militante do POR na live realizada no dia 11 de junho, promovida pelo Comitê Abya Yala SP

Boa noite, companheiros.

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário, que juntamente com o POR boliviano, constitui o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional. Trago aqui a minha saudação aos companheiros, parabenizando e nos congratulando com esta iniciativa que esperamos que tenha frutos em uma crescente mobilização em apoio à luta do povo boliviano. Quero afirmar que essa luta, principalmente dos camponeses e das comunidades originárias, é de uma importância histórica.

A Bolívia hoje é uma trincheira avançada da resistência anti-imperialista na América Latina e no mundo. E, a diferença de outros conflitos que estão acontecendo – por exemplo, no Irã, Gaza, Ucrânia, Venezuela - na Bolívia, este levante das massas está em choque não apenas contra a dominação imperialista. Parece-me que aqui há uma particularidade importante, porque este levante atingiu o Estado burguês. Isso porque objetivamente os explorados se chocam com a ditadura de classe da burguesia boliviana. A contundência, a persistência e a radicalidade desse levante é motivada e expressa a falência dos diversos governos anteriores, inclusive os governos do MAS e, evidentemente, do atual governo.

Esse levante coloca à luz do dia a necessidade histórica da revolução social. Essa é a percepção que queremos destacar aqui nesse ato do Comitê. Porque esta é a única alternativa real ao que se coloca após derrubar esse governo. A reivindicação das massas é o afastamento do governo. E o que se coloca depois? Eleições novamente para colocar “mais um dos mesmos”? Todos os governos anteriores, todas as tentativas fracassaram ao longo das últimas décadas e que vêm se arrastando. Por isso, entendemos que, para as massas bolivianas, a única alternativa progressiva que se coloca é a revolução social. Todas as outras fracassaram.

Existe na Bolívia uma tradição no seu povo, na memória do proletariado, que são antecedentes importantes e que precisam ser recuperados. A primeira que eu quero destacar são as Teses de Pulacayo, que já em 1946, mesmo sendo um documento sindical, colocava que a saída para a Bolívia era a revolução social. O segundo antecedente importante é a experiência da Assembleia Popular, que durante a década de 1970 se constituiu no primeiro soviete latino-americano, como um organismo de duplo poder, apontando a superação do capitalismo. Essa experiência foi afogada em sangue com o golpe do Banzer.

O POR boliviano, o nosso partido irmão da Bolívia, foi protagonista de ambas experiências e emerge hoje com esse programa testado historicamente. Tudo isso está posto nesse conflito. Não significa que vai acontecer, mas está lá colocado de uma forma que não acontece todo dia, não acontece toda hora, e que está começando a ser recuperada pelas massas em luta. A defesa que o POR boliviano faz da Assembleia Popular coincide com a necessidade desse levante avançar na direção da revolução social.

Finalmente, nós defendemos a necessidade da frente única anti-imperialista. Tanto na Bolívia, quanto aqui, quanto em toda a América Latina e nas nações oprimidas em geral. Nós defendemos a Frente Única Anti-imperialista sob a estratégia da revolução social. Essa é a tática que vai unificar a luta pela soberania nacional, a luta pela solução dos problemas democráticos pendentes nesses países atrasados, levando a sua solução, não dentro do regime democrático burguês, mas sob o regime de ditadura do proletariado, que é o que o nosso programa defende e que entendemos que está colocado hoje nesta realidade, nesta heroica luta do povo boliviano.

Essa é a colocação que o POR quer fazer nesse ato do Comitê. Agradecemos e nos parabenizamos com os companheiros pela realização dessa atividade.

Manifestação em defesa da luta dos trabalhadores bolivianos em São Paulo

No dia 14, aconteceu em São Paulo, na Av. Paulista, uma manifestação em apoio à luta dos bolivianos contra o governo de Rodrigo Paz. Contou com a participação de aproximadamente 60 pessoas, o que já indica pouco empenho das correntes e da central sindical que convocou a manifestação, a CSP-Conlutas. Outro aspecto que indica esse pouco empenho foi o fato de os organizadores sequer terem levado um aparelho de som para a manifestação. Coube ao POR ceder seu aparelho para que as intervenções fossem feitas.

Um camarada do POR fez a abertura da manifestação, expressando a importância daquele ato e da luta que ocorre nesse mo-

mento na Bolívia. Em seguida, as integrantes do grupo Feminismo Comunitário fizeram outra abertura e organização das intervenções. No geral, foram feitas falas em apoio à luta dos bolivianos, destacando a relação dessa luta com as lutas em curso na América Latina. O MRT fez a defesa de um “governo provisório” das organizações em luta, em referência à Assembleia Popular de 1971. O PSTU utilizou sua intervenção para vincular os ataques de Paz, na Bolívia, aos ataques do governo Lula, aqui no Brasil. Traçou assim um paralelo entre o entreguismo do governo boliviano com o entreguismo de Lula/PT ao longo de seus mandatos. O MPR, cisão do PSTU, também vinculou suas críticas ao governo Lula, mas re-

lembrou a história de luta revolucionária dos bolivianos em 1952 e 1971. De maneira geral, as demais organizações como a CST, Ação Petista e Feminismo Comunitário fizeram a defesa da luta do povo boliviano, mas se limitaram a repetir as consignas majoritárias daquele momento, especialmente a renúncia de Rodrigo Paz.

O POR, em sua intervenção expôs a necessidade de superar o apoio apenas em palavras, indicando que a forma concreta de apoiar os bolivianos é levantando a luta em nosso próprio país. Concretamente, trata-se de organizar uma frente única anti-imperialista, como forma de responder aos diversos ataques que os trabalhadores latino-americanos estão sofrendo do imperialismo estadunidense. Além disso, expusemos a história revolucionária boliviana, desde as Teses de Pulacayo, defendendo a necessidade de retomar a Assembleia Popular. Por fim, destaca-se na intervenção porista o fato de que o programa revolucionário boliviano está com o Partido Operário Revolucionário, fato negligenciado por todas as correntes de esquerda.

De passagem, respondemos à camarada do Feminismo Comunitário, que pegou o microfone depois de nossa intervenção para “explicar” que se trata de uma frente, e que portanto se deve respeitar as posições das diferentes correntes. Além de reforçar que essa frente tem a tarefa de defender apenas aquilo que o povo boliviano está reivindicando. Ao criticar veladamente nossa posição, negou aquilo que ela mesma afirmou: a necessidade de respeitar todas as posições no interior da frente. Isso é democracia operária, ampla liberdade de crítica em uma frente, mas com unidade de ação. As posições poristas defendidas aqui no Brasil são expressão das posições poristas da Bolívia com o seu programa revolucionário histórico e com sua influência sobre um setor das massas. A ideia de que deve-se defender apenas o que o povo boliviano está reivindicando é espúria, já que não existe uma coesão completa no movimento daquele país. O fato é que algumas direções já começam ceder às pressões e se limitar à renúncia de Paz, o que significa, na prática, a defesa da troca de um governo burguês por outro. Se limitar a essa saída burguesa é trair o potencial revolucionário da luta das massas exploradas nesse movimento.



Pronunciamento do POR

Viva a luta dos trabalhadores bolivianos!

Todo apoio à luta dos trabalhadores bolivianos nesse momento

Boa tarde, camaradas. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Somos membros do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Inter-

nacional, o CERQUI, do qual faz parte também o Partido Operário Revolucionário da Bolívia.

Camaradas, é fundamental oferecer todo o apoio à luta do povo boliviano. Mas não é suficiente. Não é suficiente porque, nesse momento, a América Latina tem sofrido uma enorme pressão e ataques do imperialismo em todas as frentes. O imperialismo estadunidense sequestra presidente, faz embargo em Cuba, taxaço no Brasil e bloqueia outros países. Esse enorme ataque do imperialismo estadunidense na América Latina, deve ter uma resposta. E a luta do povo boliviano nesse momento é o ponto alto da luta dos trabalhadores da América Latina. Por isso, a nossa defesa, além do apoio que nós fazemos, é de constituir imediatamente uma frente única anti-imperialista. Porque essa é a resposta concreta que nós podemos oferecer, desde o Brasil, aos trabalhadores bolivianos que estão em luta.



Oferecer todo o apoio à luta dos bolivianos é fundamental, mas não é suficiente. É preciso perceber e recorrer à história e ver que a Bolívia tem uma longa tradição revolucionária. Como em 1946, quando os mineiros bolivianos elaboraram um dos documentos mais importantes da história da classe operária da América Latina, que foram as Teses de Pulacayo. Essas teses orientaram a luta revolucionária dos bolivianos em 1952. O povo boliviano, os trabalhadores, os indígenas e a classe operária também ergueram em 1971 uma luta revolucionária que constituiu um organismo de duplo poder, que foi a Assembleia Popular.

Para recorrer à história da luta boliviana, é fundamental recorrer à história do POR boliviano, que foi um dos dirigentes da Assembleia Popular de 1971. Essa experiência é fundamental. Devemos recorrer à essa história para que não caiamos agora no erro de apontar uma saída democratizante quando as massas estão com uma luta revolucionária nas ruas. A saída democratizante que tem se colocado é aquela que aponta pela renúncia de Rodrigo Paz. E a renúncia de Rodrigo Paz, na prática, significa a troca de um governo burguês por outro. E diante de uma luta revolucionária, das massas tomando as ruas, fazendo bloqueio etc., a saída democratizante é inferior ao potencial que esse movimento tem. Por isso, para não cair na saída democratizante da troca de um governo burguês por outro, é fundamental recorrer à história revolucionária do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e das massas bolivianas.

Nesse momento, as massas estão em luta, mas já acontece um recuo de algumas direções. Já são mais de 40 dias de luta, algumas direções estão sendo pressionadas pela igreja, pelo Ministério Público e classe média enriquecida, para que apontem pela pacificação. A bandeira da pacificação é uma bandeira burguesa. Porque faz com que as massas saiam da rua para dar lugar à saída democratizante, de troca de um governo burguês por outro.

Nosso trabalho, desde o Brasil, é o de levantar a bandeira da constituição de uma frente única anti-imperialista. Mas também de defender a retomada da Assembleia Popular de 1971. As massas bolivianas têm um potencial revolucionário nesse momento. E, portanto, a nossa defesa tem de ser revolucionária.

Aqueles que defendem que o governo Lula mude de posição, também estão com uma resposta rebaixada. Por que rebaixada? Basta ver o exemplo da Palestina. Algumas organizações, infelizmente, estão há 3 anos levantando a bandeira de que o governo Lula parta em defesa dos palestinos. Quando, na verdade, é um governo burguês, um governo que não tem interesse na resposta revolucionária dos trabalhadores. Por isso, defender que o governo Lula mude de posição é inferior ao potencial revolucionário que as massas bolivianas têm.

Portanto, camaradas, levantemos bem alto a bandeira de constituição de uma frente única anti-imperialismo. Por uma unidade sólida entre o movimento camponês/indígena e a classe operária. E pela retomada da Assembleia Popular de 1971. Porque é o momento de defender que as massas criem um organismo próprio de poder, que é a Assembleia Popular. Seguimos, camaradas, trabalhando por elevar a consciência de classe dos trabalhadores bolivianos e brasileiros. Essa é a defesa do Partido Operário Revolucionário Boliviano e a defesa do Partido Operário Revolucionário do Brasil. Obrigado.

Curso de Formação Política em São Paulo

No dia 7 de junho, ocorreu o curso mensal de formação política do Partido Operário Revolucionário de São Paulo. Teve como tema geral “A crise mundial impulsiona o intervencionismo dos Estados Unidos e o processo de desindustrialização do Brasil”. Apoiou-se no novo livro lançado pelo partido e na resolução sobre a desindustrialização, aprovada no XVIII Congresso, realizado em março de 2026.

Na abertura, houve uma colocação sobre a crise na Bolívia, que completava trinta dias de bloqueios e marchas dos camponeses, operários, indígenas e trabalhadores em geral. Orientou-se para que os grupos discutissem o editorial do Jornal Massas, que trazia as seguintes bandeiras: “Bolívia: trincheira avançada da resistência anti-imperialista na América Latina. O levante de camponeses, indígenas, operários e camadas da classe média arruinada põe à luz do dia a necessidade histórica da revolução social. O Partido Operário Revolucionário (POR) emerge com seu programa testado historicamente pela luta de classes na Bolívia. Está posta a constituição da Assembleia Popular como organismo de poder das massas insurretas. Toda força à organização da frente única anti-imperialista”.

Em seguida, foram constituídos quatro grupos. Os documentos estudados foram: 1) Resolução do CERQUI sobre a América Latina, do livro Crise mundial impulsiona o intervencionismo dos Estados Unidos; 2) Pela constituição imediata da frente única anti-imperialista, do mesmo livro; 3) Resolução sobre a desindustrialização e a resposta operária, Folheto do XVIII Congresso do POR; 4) Contribuição à formulação da linha sobre o processo de desindustrialização no Brasil.

Após uma hora de estudo, abriu-se a plenária para que os grupos expusessem as principais formulações. Realizadas as sínteses, na plenária se fizeram as seguintes considerações e conclusões:

a) o agravamento da crise econômica, política e social na América Latina é parte da decomposição do capitalismo mundial e da necessidade das potências imperialistas norte-americanas e europeias de ampliarem os saques às nações oprimidas;

b) o plano de Trump para a América Latina se assenta na guerra comercial dos Estados Unidos com a China que envolve a economia mundial; c) a previsível ação bélica dos Estados Unidos contra a Venezuela com o objetivo de derrubar o governo de Nicolás Maduro se consumou no dia 3 de janeiro. (...) Os Estados Unidos montaram o cerco nas condições do mais completo isolamento da Venezuela (...) A prepotente ação dos Estados Unidos demonstrou o estágio avançado de decomposição do capitalismo. (...) A intervenção na Venezuela corresponde a uma ofensiva dos Estados Unidos na América Latina, para disciplinar e limitar a penetração econômica da China no continente, rico em fontes de matérias-primas. O imperialismo norte-americano não poderia conviver com a nacionalização da maior reserva mundial de petróleo imposta pelo governo de Hugo Chávez em 1º de Maio de 2007. Cabe à classe operária venezuelana reagir constituindo uma frente única anti-imperialista, sob seu programa e sua direção. Combater pela soberania da nação oprimida sob a orientação e com o método revolucionário de expropriação do grande capital e realização da mais completa nacionalização das fontes de matérias-primas e da indústria, ou seja, dos meios de produção. (...) Essa orientação proletária deve ser encarnada pelos destacamentos mais avançados da luta anti-imperialista na América Latina.

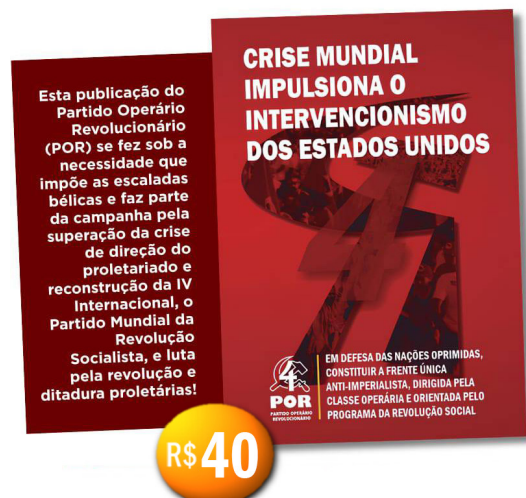
c) O reconhecimento do processo de desindustrialização é demonstrado pela enorme diminuição relativa da indústria no PIB (...) A perda industrial e o seu descenso, como não poderia deixar

de ser atingiu amplamente o emprego industrial. (...) Os processos mais avançados de produção realizados pela automação estão em contradição com o sistema capitalista de propriedade privada, os meios de produção e os limites do Estado nacional. (...) Nesse processo, as multinacionais pressionaram o governo a lançar programas de subsídios e passaram a destruir antigas conquistas trabalhistas do movimento operário. (...) Em seus fundamentos econômicos, a “Nova Indústria Brasil” se volta a atender os interesses das multinacionais e de grandes grupos nacionais. (...) A burocracia sindical, por sua vez, justifica seu apoio a esse programa pró-grande capital com as bandeiras atraentes de criação de empregos e redução das desigualdades. (...) Não haverá reindustrialização ou recuperação da perda da capacidade industrial que se iniciou desde a década de 1980. (...) Nenhum governo burguês, por mais que queira reerguer a indústria pode enfrentar o predomínio do capital parasitário e da dinâmica destrutiva da dívida pública. (...) Somente a classe operária organizada e em luta tem com responder aos fenômeno geral da desindustrialização capitalista e o consequente processo de quebra industrial.

e) a emancipação dos sindicatos das direções direitistas, reformistas e centristas é uma tarefa revolucionária. (...) A luta para arrancar a burocracia dos sindicatos é parte do objetivo histórico de superar a crise de direção. Eis por que a tarefa colocada à classe operária e aos demais explorados é a de construir seu próprio partido, operário e revolucionário, que combina a luta pelo programa próprio de reivindicações à estratégia da revolução e ditadura do proletariado, à destruição do capitalismo e à construção do socialismo.

Sobre a base dessas teses, a plenária concluiu com a defesa da luta dos explorados bolivianos e assinalou a importância programática do POR da Bolívia, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

LANÇAMENTO!



Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



POR | PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO: 
(11) 95446-2020
@massas.por

Nesta edição:

Bolívia: Abaixo o Estado de Exceção!; Resistir ao Estado de Exceção com o aprofundamento da mobilização nacional; Declaração do CERQUI - Bolívia: Deportam a Comissão; Os preceitos formais da constituição e da democracia burguesa e a realidade da luta de classes; Promulgada a Lei criminosa e assassina 1740; Governo, empresários e a classe média abastada buscam eliminar a central operária boliviana; Balanço e perspectivas do bloqueio camponês; A falácia da democracia burguesa;

Chile: Os governos fascistas, lacaios do imperialismo, assim como os reformistas, devem ser sepultados pela atividade revolucionária;

Argentina: É necessária uma resposta dos trabalhadores à crise, baseada em seu programa, sua organização e nos métodos de ação direta das massas; A Reforma Trabalhista avança para anular os acordos coletivos de trabalho e as organizações sindicais;

Assimilando o socialismo científico: O que é a sociedade, seja qual for a sua forma?



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

ABAIXO O ESTADO DE EXCEÇÃO!

DEFENDER O MOVIMENTO DOS CAMPESESES, INDÍGENAS, OPERÁRIOS E SETORES DA CLASSE MÉDIA ARRUINADA!

20/06/2026

• O Estado de Exceção ditado na Bolívia é a expressão mais visível da ditadura de classe da burguesia, que busca impor seus planos de austeridade descarregando a crise sobre a maioria oprimida atendendo aos interesses do imperialismo.

• No movimento, se desenvolveu desde as bases a unidade dos operários, camponeses e classes médias oprimidas enfrentando não apenas o governo, mas também o Estado burguês. Ficou assim exposto o esgotamento da democracia burguesa.

• Diante da ofensiva dos oprimidos do campo e da cidade, o governo se uniu aos governos de direita e ao imperialismo no Escudo das Américas. Em contraste, o levante na Bolívia teve a atenção e a expectativa dos oprimidos da América Latina, tornando-se uma referência de luta radical para enfrentar as políticas imperialistas, antioperárias, antinacionais e antipopulares que são desencadeadas sobre as massas oprimidas em todo o continente. Há uma necessidade objetiva de unificar as lutas nacionais contra os governos que estão implementando essas políticas.

• Esta resistência das massas deve ser orientada para a formação de uma frente única anti-imperialista que significa a unidade da nação oprimida sob a direção do proletariado.

• Na Bolívia, a importância fundamental da aliança operário-camponesa para derrotar o imperialismo e a classe dominante foi atualizada; e a necessidade de projetar a luta em direção à estratégia revolucionária do proletariado, voltada para estabelecer um governo de operários e camponeses.

• A unidade de operários, camponeses e classes médias urbanas, em choque com o governo de Rodrigo Paz e o Estado, impôs a necessidade de criar a Assembleia Popular como um órgão de poder das massas, retomando sua experiência histórica dos anos 70.

• O POR, como seção boliviana do CERQUI, lutou e continua lutando pelo desenvolvimento da unidade revolucionária da nação oprimida sob a estratégia da revolução social. Intervem para que a COB e as organizações camponesas se mobilizem dentro do quadro da independência de classe e retomem a tradição revolucionária do sindicalismo boliviano marcada desde as Teses de Pulacayo. A independência política é necessária para derrotar o governo e a classe dominante, derrubar seu plano econômico e garantir a soberania da nação oprimida.

• O POR defendeu desde o início que a forma de derrotar o governo, a classe dominante e seu plano econômico é lutar por um governo de operários e camponeses, apoiado na Assembleia Popular, expressando o impulso instintivo das massas em luta. Mudar um governo burguês por outro não resolve a crise e é isso que significa exigir a “renúncia do Presidente”.

• O movimento resistiu a todas as manobras, ameaças e ataques repressivos do governo, incluindo os grupos de choque da ultradireita, mantendo os bloqueios, atacando e enfraquecendo o governo. A ausência de uma ampla intervenção e incorporação do movimento operário favoreceu as manobras divisionistas, apoiando-se nos setores desesperados e de direita da classe média e, por fim, aplicou o Estado de Exceção numa tentativa desesperada de recuperar sua governabilidade.

• O acordo da burocracia sindical da COB com o governo é uma capitulação e uma traição ao movimento camponês. O Governo de Paz agora conta com a colaboração da burocracia sindical para impor o Estado de Exceção e abrir caminho para a intervenção policial e militar, ameaçando massacrar os camponeses que mantêm os bloqueios.

• Este movimento se choca objetivamente com a continuidade da ofensiva imperialista na América Latina que invadiu a Venezuela, apertou criminalmente o cerco à Cuba para forçar sua rendição, ocupou o Canal do Panamá etc., e entra em conflito com a continuidade de seus planos econômicos de saquear nossos países. Por causa de seus métodos de luta (mobilização e ação direta), por suas demandas elementares, também entra em conflito com as disputas eleitorais em vários países onde o imperialismo busca impor governos servís.

• O CERQUI convoca, seguindo a linha da POR boliviana, a rejeitar o Estado de Exceção, a defender o movimento camponês que persiste na luta e a impedir que o governo cometa um massacre. Chama a condenar a capitulação da burocracia sindical e sua política de conciliação de classes. Chama a construção da frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária. Convoca à vanguarda com consciência de classe a lutar sob o programa da revolução social e do internacionalismo proletário, que para a América Latina tem como objetivo a constituição dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

AOS EXPLORADOS E OPRIMIDOS

Resistir ao Estado de Exceção com o aprofundamento da mobilização nacional

Derrotar a política fascista do governo servente dos empresários e do imperialismo ianque

(Extraído do Masas boliviano nº 2887)

Assim que o "acordo" foi assinado, o que só pode ser descrito como uma capitulação da burocracia da COB ao governo, da forma mais velhaca, à meia-noite, o governo decretou um Estado de Exceção com o objetivo de liquidar, com sangue e fogo os bloqueios, que os camponeses de Tupac Katari que rechaçam o acordo, persistem em mantê-los.

O governo, politicamente exausto, não tem alternativa a não ser tentar esmagar qualquer forma de resistência dos explorados, para cumprir as ordens de seu amo, o imperialismo, por meio do governo do genocida Trump. Na tentativa de recuperar espaço para relançar seu fracassado plano econômico neoliberal, antiope-rário, anti-camponês e entreguista.

A direita fascista agora exige que todos aqueles "responsáveis" e instigadores dos bloqueios e mobilizações sejam punidos de forma exemplar. A intenção é desencadear a repressão contra organizações sindicais revolucionárias, sociais e políticas.

Convocamos todo o povo trabalhador: operários, camponeses, classes médias empobrecidas, a não abandonar a luta, a se organi-

zar para enfrentar o fascismo que começa a se erguer, em torno de um objetivo político claro que aponte para a perspectiva política de expulsar do poder a burguesia entreguista, incapaz de resolver o atraso do país e a miséria que condena a maioria dos bolivianos enquanto reforça as correntes da opressão imperialista que saqueiam a riqueza natural do país.

Não basta lutar pela renúncia do presidente, esse é um objetivo muito limitado que, no fim das contas, não resolve nada, porque mantém a ordem social intacta.

Devemos acabar com o poder da burguesia, que é a grande propriedade privada sobre os grandes meios de produção, para estabelecer o governo dos operários, camponeses e classes médias empobrecidas, a nova sociedade sem burgueses exploradores, nem empresas multinacionais saqueadoras. A nova sociedade em que os grandes meios de produção (as minas, as fabricas, os latifúndios do Oriente, os bancos, o grande comércio) sejam propriedade social.

COM O POR AO SOCIALISMO!

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Bolívia: Deportam a Comissão Argentina de Direitos Humanos

O governo de Milei é cúmplice

16/06/2026

O governo de Rodrigo Paz impediu a entrada na Bolívia de uma delegação composta por organizações de direitos humanos, sindicatos e organizações políticas, que pretendiam apurar a repressão desencadeada. A delegação já estava em La Paz, tendo entrado por Santa Cruz. Os argumentos apresentados para a proibição são ridículos.

Esta deportação é realizada no âmbito de uma campanha de difamação do governo boliviano sobre a suposta interferência estrangeira que desestabilizaria o país. Insólita campanha somada à propaganda imperialista que esconde o pacote de decretos neoliberais que entrega recursos naturais, aumenta o preço dos hidrocarbonetos e entrega terras para grandes grupos econômicos. Ocultam também as medidas repressivas contra a população, com a prisão de líderes sindicais e a criminosa e assassina Lei 1740, que visa massacrar o povo boliviano. Sem falar na hipocrisia do governo, cujas medidas e decretos são ditados em benefício das grandes multinacionais dispostas a continuar com o saque da Bolívia. O próprio Marco Rubio declara que está monitorando passo a passo as medidas para apoiar o governo Paz.

Por sua vez, a chancelaria argentina emitiu uma declaração escandalosa em defesa da deportação. Não se poderia esperar menos de um governo totalmente alinhado com Trump. Na Argentina, a

ditadura civil de Milei autoriza por decreto a entrada de tropas norte-americanas para exercícios militares, passando por cima do Congresso, que segundo a Constituição é o único autorizado a conceder essa permissão.

É impossível não associar esses acontecimentos ao que foi feito pela última ditadura em nosso país, falando de uma suposta "campanha anti-argentina" quando desaparecimentos e torturas foram denunciados no exterior.

Os povos da Argentina e da América Latina inevitavelmente simpatizam com a rebelião na Bolívia, porque ela mostra o caminho para enfrentar o imperialismo em nossos próprios países. Só como exemplo, a COB demonstrou seu apoio às lutas contra a reforma trabalhista na Argentina, o mesmo que fazemos neste país em solidariedade com as lutas atuais.

Os sindicatos e as centrais sindicais devem somar-se à organização da solidariedade com o povo boliviano e a enfrentar as medidas de ajuste e saque em nossos próprios países.

Abaixo a repressão ao governo de Paz ditada pelos EUA!

Pôr em pé em nossos países a Frente Única Anti-imperialista sob a direção da classe operária!

Os preceitos formais da constituição e da democracia burguesa e a realidade da luta de classes

(Extraído do Masas boliviano nº 2886)

Mal se passaram 7 meses desde a chegada do novo governo eleito nas urnas pela “vontade soberana” e agora esse mesmo “soberano” exige que o presidente renuncie e saia por ser incapaz, corrupto e mentiroso. Os setores que ontem não votaram nele são aqueles que o defendem erguendo as bandeiras do “respeito à democracia, à Constituição política do Estado e ao voto soberano que deu um mandato de 5 anos ao presidente”. De fora do país, políticos burgueses presos ao cretinismo parlamentar não entendem o que está acontecendo, nem esperavam que a Bolívia enfrentasse tão rapidamente uma crise política que colocaria o destino do poder no centro da disputa.

Os efeitos do gasolinazo sobre o aumento do custo da cesta básica familiar, a contração do consumo interno agravada pela redução dos gastos e do investimento público, que se traduz na redução das vendas dos pequenos autônomos que vivem da feira do dia, somados à certeza de que o poder é controlado pelos mais racistas, discriminatórios, anti-índios dos burgueses K’aras, tudo isso está na base da atual explosão camponesa, seguida pelos operários e pobres da cidade.

A violenta irrupção dos explorados e oprimidos do campo e da cidade contra a política neoliberal do governo para favorecer os mais ricos em detrimento do empobrecimento geral do país fez com que as formalidades e ficções jurídicas da democracia burguesa, contidas na Constituição do Estado sejam questionadas e explodam, mostrando-se insuficientes para convencer os insurgentes a retornar ao caminho da legalidade, da concertação e do diálogo. São impotentes formalidades jurídicas que não podem mudar a realidade, alterar o curso imposto pela virulência da luta de classes em um país capitalista atrasado, em um país capitalista com uma economia combinada sujeita à opressão e ao saque imperialista, como a Bolívia.

Os explorados recorrem à ação direta, não esperam que o parlamento, os recursos democráticos formais de diálogos intermináveis, negociações, concessões recíprocas ou os tribunais judiciais ofereçam uma solução para a crise econômica urgente que sobrecarrega as famílias bolivianas. As assembleias, os cabildos, expressão da democracia direta, ganham preeminência e subordinam, relegam, ignoram os mecanismos da democracia representativa burguesa formal, ali, potencialmente, podem nascer os órgãos de poder das massas, germes de um novo tipo de Estado.

Esta atitude é expressão da experiência acumulada nas massas dos enganos e frustrações que as levam à convicção de que, neste

país, a ação direta é a única forma de se fazerem ouvir, porque o sistema de democracia burguesa formal na Bolívia, dada a miséria material do Estado e a incapacidade histórica da classe dominante, não funciona, é uma farsa. A solução para a crise política passa dos corredores do parlamento e dos ministérios para as ruas e rodovias, a ser resolvida na base de pauladas, gases bloqueios, mortos, massacres, insurreições ou pausas momentâneas devido ao cansaço. As manifestações em defesa das formalidades legais da democracia são apenas a máscara para enganar os incautos e confortar aos covardes setores da classe média esgotados pela crise e pelo desespero, que reclamam uma “mão firme” contra os “terroristas”.

As camadas superiores da classe média são o terreno fértil para o desenvolvimento das antigas ideias racistas, discriminatórias, de ódio e desprezo contra o índio, herdadas da época colonial, às quais se somam as proclamações antioperárias e raivosamente antissindicaais, típicas da mentalidade fascista e gorila. Mas também há o outro setor que ainda mantém ligações com o campo, que, embora os bloqueios o incomodem, culpa o governo e reclama de sua inoperância. A pequena burguesia é assim, heterogênea e oscila entre os extremos da luta de classes. A democracia formal perde seu sustento social e se debate entre a repressão ditatorial com conotações fascistas e a ameaça de insurreição popular.

Para a classe dominante, há urgência de salvar a política econômica ultraliberal aplicada pelo governo Rodrigo Paz, a mando do imperialismo norte-americano em sua guerra para deter o avanço chinês e que consiste em privilegiar ao extremo os interesses dos setores mais ricos da burguesia, em particular a burguesia agroindustrial e o grande capital financeiro, principalmente ianque. Para a classe dominante, é essencial garantir que as massas atuem dentro dos limites da formalidade legal do Estado burguês e insistem em mantê-las presas ali; a isso se deve a ideia de que se o “Estado de Exceção” fracassar, se deverá convocar um “referendo revogatório contra o presidente e o vice-presidente”.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$40



Projeto de Informe sobre a América Latina

Atualidade de questões que já em 1977 o POR debatía na esquerda:



- Caracterização marxista de país atrasado
- Crítica programática ao stalinismo e ao nacionalismo
- Assembleia Popular ou Unidade Popular?
- Atuar nas organizações de massa burocratizadas
- Intervenção revolucionária nas eleições

DOCUMENTOS

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO (POR)

COMITE CENTRAL

COMITE DE ORGANIZACION PARA LA RECONSTRUCCION DE LA 1ª INTERNACIONAL

MATERIALES PARA LA PREVISION

REVISTA 'TEODORA'

TRABAJO

CONFERENCIA

INTERVENCIONES

1977

PROYECTO DE INFORME

sobre

AMERICA LATINA

Elaborado por el

Por los Estados Unidos Socialistas de América Latina

2ª edición

Partido Operário Revolucionário



MASSAS

Promulgada a Lei criminosa e assassina 1740

Unidade dos explorados do campo e das cidades para derrotar a ofensiva fascista

(Extraído do Masas boliviano nº 2885)



Rodrigo Paz, derrotado e encurralado por um poderoso bloqueio nacional de estradas e pela paralisação do aparato produtivo nacional, mas decidido a não renunciar, promulga a Lei de Regulamentação dos Estados de Exceção nº 1740, optando pela saída do massacre contra o povo boliviano para pôr fim à sublevação popular. Antes de frustrar a confiança depositada em seu governo pelos grandes empresários e pelo governo norte-americano, decidiu disparar contra o povo antes de ceder.

Com o artigo 26: “As atuações realizadas pelos membros da Polícia Boliviana e das Forças Armadas durante o estado de exceção gozarão de presunção de legalidade”, e o artigo 27: “O Órgão Executivo deverá proporcionar meios legais às servidoras e servidores públicos, membros da Polícia Boliviana e das Forças Armadas que sejam submetidos à investigação, ao processo judicial ou administrativo por atos executados durante o estado de exceção”, concede e garante imunidade aos altos comandos militares e policiais para proceder ao desbloqueio das estradas com a metralhadora. Assegura que o braço repressivo do Estado o apoie incondicionalmente para impor a Constituição Política burguesa, defensora dos interesses capitalistas, que foi o único propósito da aprovação dessa lei.

A isso soma-se a operação policial com numerosas detenções de dirigentes da Central Operária Boliviana, da Federação de Camponeses de La Paz Tupac Katari, da Fejuve de El Alto e de outras organizações, objetivando decapitar a direção do movimento nacional. Tão cego se encontra o governo que acredita tratar-se da obra de agitadores “narcoterroristas”, sem perceber que a Bolívia experimenta uma profunda rebelião, principalmente do setor camponês indígena, contra a submissão e a segregação impostas pelo sistema democrático burguês a serviço dos ricos, que hipocritamente os obrigam a respeitar.

Confiando no respaldo de uma classe média acomodada que pede aos gritos “meter bala nos índios de m...” e contando também com o apoio incondicional do governo norte-americano, que vê na insurgência operário-camponesa um



risco para suas ambições imperialistas sobre nosso lítio, terras raras, minerais, ouro e outros recursos naturais, sente-se com forças suficientes para executar planos tão nefastos. O que o governo não sabe é que esta será sua última jogada, e os mortos sepultarão seu governo.

O governo já tem todas as permissões legais, mas não a legitimidade para massacrar o povo mobilizado, razão pela qual acomoda suas peças para lançar a ofensiva repressiva a qualquer momento.

- *Convocamos as bases do exército e da polícia a não executarem as ordens criminosas de seus comandos superiores e do governo. Não atirem contra seus pais e irmãos.*
- *Imediatamente, operários, professores, comerciantes, transportadores e demais setores populares das cidades devem sair às ruas em todas as cidades do país para definir o destino do conflito.*
- *Somente a unidade dos pobres das cidades em apoio à mobilização camponesa poderá impor a derrota ao governo repressor.*
- *Fora o governo de empresários, servís aos gringos!*
- *Derrotar a política pró-imperialista nas ruas e nas estradas.*



Governo, empresários e a classe média abastada buscam eliminar a central operária boliviana

Unidade dos explorados do campo e das cidades para derrotar a ofensiva fascista do frango¹ e seu mestre do norte

(Extraído do Masas boliviano nº 2886)

¹ Observação: a expressão espanhola “el pollo” (“o frango”) é utilizada no texto como apelido depreciativo para Rodrigo Paz; por isso foi mantida entre aspas em alguns trechos.

Na atual conjuntura, a classe dominante se uniu na tentativa de proscrevê-la legalmente, chegando a pedir a proibição da existência e atividade de sindicatos no país. A atual onda de prisões e processos criminais contra dezenas de dirigentes faz parte dessa orientação repressiva. Não há dúvida de que a poderosa mobilização nacional assustou os donos do poder econômico e político, o que potencializou, nas esferas da direita reacionária, as tendências fascistas.



A Central Operária Boliviana foi constituída ao longo da história sindical e política do país como a principal organização operária e popular que reuniu as classes exploradas sob a direção política do proletariado, principalmente dos mineiros. Uma instituição histórica que se tornou o baluarte do movimento sindical e revolucionário boliviano e que prevaleceu por décadas. Em seus 74 anos de existência, tornou-se o eixo articulador que promoveu a unidade dos trabalhadores nas minas e cidades, camponeses e classe média empobrecida, formando um sólido punho para acometer contra a burguesia nacional e o imperialismo, seus diferentes governos civis e militares ao longo da história. É uma grande vantagem, em nosso país, ao contrário de outros, ter bem estabelecida uma única direção sindical e popular que centralize e dirija as lutas nacionais.

O movimento sindical, não só na Bolívia, mas em todo o mundo, sofre da doença da burocratização de suas direções. Um processo que, infelizmente, foi levado ao extremo, deteriorando a imagem da entidade sindical nestes últimos 20 anos de total subordinação aos governos do MAS, que estatizaram os sindicatos extirpando-lhes sua essência contestatória e revolucionária, alimentando uma casta burocrática que ainda persiste dentro da COB, CODes [Central Operária Departamental], confederações e federações, pisoteando o princípio da “independência político sindical”.

É necessário trabalhar a partir das bases para extirpar

o burocratismo sindical, mas em nenhum caso devemos cair no erro de criar centrais paralelas. 1. Restaurar a democracia sindical. 2. Independência sindical. Historicamente, o sindicato surgiu como uma necessidade para os trabalhadores se organizarem para se defenderem dos abusos dos patrões. 3. Não ao colaboracionismo de classes. Rejeitar todas as formas de colaboracionismo de classe com a parte empresarial e com os governos burgueses.

O ponto de partida da democracia sindical está no respeito à vontade da base e na luta contra todas as formas de burocratização das direções que acabam defendendo os interesses dos patrões. A única maneira de nos equiparmos de direções consequentes com os interesses dos trabalhadores é escolhendo trabalhadores revolucionários que tenham sido testados na luta, formados na linha política proletária expressa na Tese de Pulacayo, na Tese do Quarto Congresso da COB de 1970 e na experiência da Assembleia Popular em 1971.

Mario Segundo, executivo da Confederação dos Trabalhadores de Fabris da Bolívia, é um exemplo desse sindicalismo vendido que se acomodou a todos os governos tanto do MAS quanto de Añez, e que hoje faz um pacto com o governo do direitista Rodrigo Paz, rompendo a unidade do movimento operário.

As diferentes apreciações sobre o atual desenvolvimento da luta nacional, que é próprio de todo movimento com diferentes ritmos de incorporação de acordo com cada setor, não devem nos levar à divisão interna e, portanto, ao enfraquecimento da luta nacional. As decisões por maioria de um ampliado nacional devem constituir as diretrizes centralizadas na luta que todos os setores devem seguir.

DEVEMOS DEFENDER A INTEGRIDADE DA CENTRAL OPERÁRIA BOLIVIANA E A UNIDADE DOS TRABALHADORES EM TORNO A ELA.

Balanço e perspectivas do bloqueio camponês

(Extraído do Masas boliviano nº 2886)

Após 47 dias do contundente e radical bloqueio camponês que paralisou o país, sinais de cansaço aparecem em algumas comunidades. Os pontos de bloqueio diminuíram de 90 para 50 - informa a Administração Boliviana de Rodovias (ABC) - e que se está executando a limpeza em 25 pontos de bloqueio levantados na

segunda-feira. A cidade de El Alto experimentou uma redução significativa nos bloqueios, passando de 44 dias de paralisação em estradas estratégicas como Senkata para uma normalização gradual do tráfego veicular e do comércio.

Mas o conflito não acabou, o bloqueio de estradas continua contundente, as principais estradas do país continuam interrompidas e as comunidades camponesas mais radicais mantêm a determinação de continuar com a medida até que o presidente Paz renuncie. Mas pode finalmente se esgotar se não consegue o apoio e a mobilização dos explorados nas cidades.

Diante da dureza dos bloqueadores, o governo, organizações civis e religiosas pedem tréguas humanitárias aos bloqueadores, sem sucesso.

As lutas indígenas e camponesas são brutais, emerge do ancestral desejo de vingança como vítimas permanentes da desumana opressão, exploração, desprezo racista e abandono do Estado burguês sobre suas condições de vida e trabalho, estancadas no atraso e na miséria pelo minifúndio improdutivo.

O governo está encurralado entre a irredutível rebelião camponesa e camadas da pequena burguesia urbana que até agora suportaram estoicamente a escassez de todos os tipos de produtos, e os preços exorbitantes dos alimentos, a paralisia do transporte devido à falta de gasolina etc., mas que, diante da prolongada falta de resolução do conflito, a burguesia começa a exigir uma “mão firme” contra os bloqueadores, ecoando a sanguinária direita fascista, sedenta de sangue para castigar “esses índios de m...”.

Não podemos permitir a ascensão do fascismo apoiando-se no desespero de setores do povo afetados pela paralisia da economia. A esses companheiros dizemos que, para que o bloqueio acabe, devemos apoiar a demanda camponesa de expulsar esse governo de traficantes de alto rango diretamente envolvidos nos casos das malas de narcóticos, narco-medidas, narco-aviões etc., e que ainda tem o cinismo de acusar os camponeses de serem narcoterroristas financiados por aquele cadáver político, que é Evo Morales. O impostor



que quer montar na luta camponesa para buscar ressuscitar politicamente com a cumplicidade do governo que, em sua ânsia de deslegitimar a rebelião camponesa, a atribui a Evo.

Assim como a corrupta impostura do MAS preparou o terreno eleitoral à direita neoliberal, agora esta quer tirá-lo do túmulo. A velha direita ne-

oliberal e a “esquerda” reformista pró-burguesa são irmãs gêmeas vindas do útero protetor da ordem burguesa que respeita a propriedade privada em detrimento dos grandes meios de produção.

O governo ficou paralisado no dilema de tentar desesperadamente encontrar uma solução compactuada devido ao cansaço dos bloqueadores ou de ditar um “Estado de Exceção” para encerrar o conflito à força com derramamento de sangue.

A direção da COB que aderiu ao movimento camponês não tem autoridade para decidir levar o conflito à mesa de negociações como solicitado por vários CODs, simplesmente porque é o movimento camponês que está dirigindo essa luta.

A luta camponesa é, na realidade, contra a política antinacional, pró-imperialista e de fome do governo, apesar do limitado objetivo da renúncia do presidente, sem uma perspectiva política revolucionária.

Mas, seja qual for o resultado do conflito, que não pode se prolongar indefinidamente, o grande perdedor é o governo Paz-Lara e, com ele, a classe dominante, a oligarquia agroindustrial que administra o governo. Sua política neoliberal radical foi mortalmente ferida pelo povo trabalhador. Camponeses, operários e classe médias empobrecida colocaram um limite aos planos antinacionais e antipopulares ditados pelo imperialismo para descarregar todo o peso da crise econômica da burguesia incapaz e lacaia do imperialismo sobre nossas costas.

A perspectiva da luta deve ser expulsar do poder a burguesia (não apenas o presidente) para abrir caminho a uma nova sociedade sem patrões, soberana, livre dos desígnios do imperialismo, na qual a posse dos grandes meios de produção (os latifúndios, as minas, as fábricas, os bancos, o comércio exterior) será social e não mais privada. Para isso, é necessária a revolução social politicamente dirigida pelo proletariado, que só pode ocorrer por meios insurrecionais para estabelecer o governo de operários, camponeses e classe média empobrecida.

Bolívia

A falácia da democracia burguesa

(Extraído do Masas boliviano nº 2886)

A “democracia” burguesa é uma farsa, um engano para fazer os explorados e oprimidos acreditarem que é o “povo soberano”, que constituem o governo por meio do voto e controlam e fiscalizam através dos seus representantes no parlamento.

Nada mais falso. A classe dominante é quem impõe os candidatos às eleições, financia suas campanhas cheias de ofertas demagógicas para conquistar o voto dos de abaixo e que, no final, acabam resignados a votar no que consideram o “mal menor”.

A experiência lhes ensinou que, mesmo tendo votado com entusiasmo e esperança no camponês-indígena “irmão” Evo Morales, no momento excepcional do boom da renda das exportações de gás, não mudou em nada o atraso do país nem a miséria da grande maioria, mas sim o maior enriquecimento dos que estão em cima: os oligarcas do Oriente, empresários, banqueiros, grandes contrabandistas (os Kamiris: burguesia comercial com raízes indígenas), cooperativas de ouro, testas-de-ferro dos capitalistas estrangeiros.

O MAS do pós-modernismo indigenista e do reformismo esquerdista burguês acabou afundado na corrupção e no desperdício de recursos estatais porque era um governo que respeitava a grande propriedade privada burguesa e o saque imperialista de nossos recursos naturais.

Se a democracia fosse, como proclamam, o sistema onde a vontade do soberano é a fonte da constituição dos poderes públicos, o soberano também deveria ter o direito de solicitar a revogação do mandato do governo que “elegeu”, se perceber que foi enganado, como ocorre agora.

Mas, contra esse princípio de revogabilidade do mandato, que corresponde aos interesses do “soberano”, a burguesia impõe a prevalência de seus interesses de classe ao contrastar as formalidades legais da

democracia que se referem à delegação do mandato para um período específico. Na prática, a democracia burguesa formal não pode responder à mudança da realidade na correlação das forças sociais por meio da luta de classes e acaba expondo sua inviabilidade histórica, seu esgotamento, suas limitações como sistema capaz de garantir uma coexistência harmoniosa e equilibrada.

Mais uma vez, a ideia de Trotsky é confirmada: a democracia burguesa é um luxo que só países ricos podem se dar.

Na Bolívia, a plena vigência da democracia burguesa formal, que o país busca há 50 anos, após as últimas ditaduras militares, tornou-se uma utopia irrealizável, devido à ausência de desenvolvimento econômico suficiente (somos um país capitalista atrasado) na época do capitalismo decadente em sua fase monopolista imperialista. Fracasso após fracasso, as tentativas de consolidá-la não conseguiram que seus benefícios cheguem às massas que lutam em meio à miséria crônica, desemprego, falta de emprego, educação e saúde decentes etc. Se confirma pela negativa a conclusão do POR no sentido de que os benefícios de uma verdadeira “democracia” (governo do povo, da grande maioria oprimida) somente serão conhecidos pelas massas sob a ditadura do proletariado (governo operário-camponês) que, com base na libertação das forças produtivas, poderá lançar os alicerces para seu generoso florescimento.

A falta de uma formulação clara dessa resposta estratégica é a fraqueza congênita da mobilização camponesa atual que, se um massacre não for imposto para afogar a rebelião popular em sangue, se resolverá impondo a continuidade do mandato por 5 anos ou alguma variante de uma solução eleitoral burguesa democratizante.

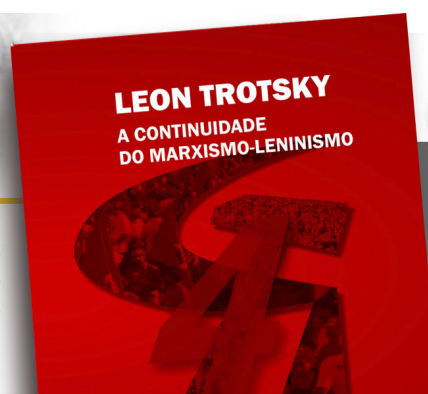
Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Chile

Os governos fascistas, lacaios do imperialismo, assim como os reformistas, devem ser sepultados pela atividade revolucionária

(Extraído do Jornal Luta Operária, órgão do Partido Operário Revolucionário do Chile)

As massas operárias e camponeses devem acertar contas com reformistas, nacionalistas, revisionistas estalinistas e centristas, que agem com seus programas contrarrevolucionários contra o país, a nação e as nações-classe, com políticas que só foram úteis para aprofundar a brutalidade imperialista norte-americana. Gabando-se de usar e abusar de toda a América Latina, roubando seus recursos naturais em cumplicidade com seus governos lacaios, esmagando e subjugando todas as nações das Américas, pretendendo inclusive hoje anexar Canadá e Cuba, como fizeram com a Venezuela.

O continente foi incorporado ao capitalismo apodrecido, que utiliza a brutalidade neoliberal capitalista para esmagar e subjugar os povos do mundo, impondo brutalmente a superexploração dos recursos humanos e naturais, semeando morte e destruição onde colocam os pés e as mãos ensanguentadas pela miséria e fome de milhões de pessoas no mundo.

Quando os miseráveis se levantam para exigir respeito como seres humanos, são acusados de terroristas e criminosos, quando, paradoxalmente, a única criminosa é a burguesia, dona dos meios de produção, que subjuga as maiorias e impõe a fome e a miséria. Quando os explorados se organizam e lutam por sua dignidade, a burguesia dominante usa o exército e a polícia para silenciar os miseráveis.

Os trabalhadores em geral, operários, camponeses e classes médias arruinadas, devem se unir contra o domínio da burguesia e dos políticos a seu serviço para mudar o regime político, pelo novo sistema de produção baseado na socialização dos meios de produção, que devem ser dirigido pela classe operária, a verdadeira produtora da riqueza. Por isso, é essa classe a que deve dirigir o governo operário camponês, no qual serão os trabalhadores os que deverão determinar a produção que satisfaça as necessidades nacionais e dos indivíduos na transição ao socialismo.

Devemos unificar os países do nosso continente nos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Há que unificar também o proletariado latino com o proletariado anglo-saxão. Em nossos países, a unificação da nação oprimida implica a passagem da organização nas localidades para resolver as demandas econômicas, sociais e políticas para o exercício da democracia direta e a tomada do poder.

Seus dirigentes devem ser eleitos diretamente, devendo responder à confiança de suas bases, que terão o direito de vetar ou revogar seu mandato, quando as circunstâncias o exigirem, ao contrário da democracia burguesa que transforma os dirigentes em obedientes funcionários da ditadura de classe da burguesia, pelo tempo permitido por suas leis. Esses acabam se colocando contra a maioria nacional, esquecendo suas promessas, cinicamente nomeando ministros que atacam aquele que elegeu o presidente com medidas cruéis.

O povo se manifestou nas urnas votando contra o governante e seus ministros; o atual ditador governante pode remover ministros mal avaliados e fazer uma troca, nomeando ministros com vasta experiência repressiva, conferindo-lhes um poder mais sofisticado e brutal do que os anteriores, que permaneceram em seus postos 69 dias após o governo fascista assumir o cargo.

Os problemas dos trabalhadores e da nação oprimida não se resolvem trocando os lacaios da burguesia nacional e pró-imperialistas. Sejam presidentes, ministros, deputados ou senadores, eles serão sempre os mesmos - brutais lacaios da ordem burguesa.

Já na Bolívia, os operários, camponeses, professores, profissionais de saúde mostram que, com unidade e consciência revolucionária, em uma luta unitária honesta e abnegada, podem colocar sob as cordas os governos burgueses de turno, como o fascista atual que se reuniu recentemente com Milei e Kast. Milei e Donald Trump estão enviando armas para esmagar e matar nossos irmãos bolivianos, assim como Kast está gastando enormes quantidades de comida para quebrar a greve e a mobilização dos trabalhadores do altiplano.

O atual governante chileno não se cansa de declarar que o anterior governo burguês de Boric deixou o país falido, justificando com isso o que ele classifica como emergência, para cancelar todos os programas de saúde e educação, aumentando o desemprego da classe média na educação e na saúde.

As medidas que devemos pôr em marcha são: unificar nossas ações contra as medidas governamentais que atingem os trabalhadores, que afetam os serviços de saúde e educação, deixando sem trabalho muitos profissionais que são tão necessários nos países de capitalismo atrasado. Todas essas iniciativas precisam ser implementadas antes que seja tarde demais.

Com unidade e força na luta, em cada nação, defenderemos nossas vidas e fortaleceremos a luta dos IRMÃOS E COMPANHIEIROS BOLIVIANOS

VIVA A LUTA DOS OPRIMIDOS

VIVAM OS POVOS DA AMÉRICA LATINA, DO ORIENTE MÉDIO E DO MUNDO INTEIRO

FORA O IMPERIALISMO IANQUE DO MUNDO INTEIRO!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO, PELA RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL.

AVANTE COM O COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL – CERQUI!

Argentina

É necessária uma resposta dos trabalhadores à crise, baseada em seu programa, sua organização e nos métodos de ação direta das massas

(Extraído do Jornal Masas argentino nº 504)

Estamos diante de um esgotamento político do governo. Só tem a simpatia do setor mais reacionário e conservador da sociedade. Aqueles que depositaram alguma ilusão de que seria diferente, que poderia combater a “casta” e sua corrupção, que acabaria com a inflação e ordenaria a economia e que não pertencia a uma política podre, encontraram o pior. As contínuas alegações de corrupção e suas disputas internas sobre negócios aumentam o cansaço da maioria com esse regime de ditadura civil.

A catástrofe social se aprofunda a cada dia. Não há nenhuma possibilidade de melhorar as condições de vida e trabalho. As dificuldades e sofrimentos das massas aumentam. Demissões, suspensões, fechamentos de empresas, insegurança no emprego, perda de direitos, se combinam com o saque e a destruição da economia, com a liberalização das importações, com o maior parasitismo financeiro, endividamento e fuga de moeda estrangeira.

A submissão ao capital financeiro é total. O FMI impõe seu programa, as leis que devem ser aprovadas pelo Congresso, JP Morgan controla ministérios governamentais chave e o Banco Central. Os EUA intervieram abertamente nas eleições do ano passado para garantir a vitória de Milei e já estão intervindo para tentar garantir as eleições do próximo ano com Milei ou outro que lhes garanta a mesma política. O país perde praticamente todas as suas características de soberania para se tornar uma colônia servil, usada para qualquer manobra do mestre imperial, usada para entrar em conflito com países vizinhos, isolando-se do mundo, jurando lealdade a Trump e Netanyahu, inimigos dos povos oprimidos.

A burguesia que décadas atrás defendeu seu mercado, que exibiu avanços científicos e tecnológicos, a importância

da educação e da universidade pública, da saúde pública, do sistema de pensões e do desenvolvimento das artes, e parecia defender sua soberania contra a arrogância imperialista, hoje permite passivamente o desmantelamento e a destruição do país.

Sob uma ditadura genocida ou sob as formas da democracia burguesa, o grande capital foi concentrado e centralizado em pouquíssimas mãos. O governo de Milei não é um acidente, é a expressão desse processo, dessa decadência. A Justiça e a mídia já eram colonizadas antes e o Congresso não passa de uma cova de laráprios que encobrem os ataques contra a nação e os trabalhadores. A burguesia não tem nada a oferecer. Em suas mãos, só podemos esperar por um novo processo de desagregação e desintegração como nação. Deve ser expulsa do poder.

O capital financeiro pôde avançar devido ao papel de direções políticas e sindicais cúmplices e covardes. É isso que explica a destruição massiva das forças produtivas nos últimos anos, um capital em fábricas e máquinas abandonado ou usado de forma muito parcial, milhões de trabalhadores fora da produção, uma classe operária altamente treinada cujo conhecimento não tem como se aplicar e valorizar, desenvolvimentos técnico-científicos que são produto de muito esforço investido que são abandonados ou entregues. Os setores mais lucrativos são assumidos pelos monopólios multinacionais, são setores vitais que estavam nas mãos do Estado, construídos com investimento estatal.

A oposição burguesa não tem resposta apesar do avanço e da destruição de setores de sua classe. Apenas podem lamentar o desmantelamento da economia e como desaparecem milhares de empresas. Podem fazer bons diagnósticos do desastre, mas são impotentes para apresentar uma alternativa séria. Nada pode se esperar deles.

O peronismo não ousa confrontar o grande capital e seu governo, e algumas de suas figuras, como Aníbal Fernández, quando questionado “quais medidas da administração de Javier Milei deixariam em vigor no hipotético caso de ser presidente”: “Tudo. Eu não toco em nada. E comeci a olhar para isso pouco a pouco. Porque o esforço que obrigaram ao povo argentino a fazer não pode ser desperdiçado ou deixado de lado”.

O peronismo não conseguiu reagir à prisão e proscricção de seu líder mais importante. As mobilizações importantes em apoio à ex-presidente são geralmente autoconvocadas pela militância. O movimento nacionalista burguês mais



importante da história está de joelhos diante do avanço mais terrível contra a nação.

As direções sindicais estão paralisadas na ausência de oposição burguesa. Sua política conciliatória é um fracasso total para os trabalhadores. Continuam submetidas às políticas da burguesia, aos grandes empresários, completamente desligados dos interesses dos trabalhadores que deveriam representar. Como dissemos, estamos enfrentando o ataque mais contundente às condições de trabalho, a maior insegurança no emprego e a queda do poder de compra dos salários e aposentadorias, que só podem ser enfrentados juntos, organizando a luta como um punho só, organizando-os desde a base, somando aos trabalhadores informais, aos que não são sindicalizados, aos aposentados. Está provado que não falta vontade de lutar. Toda vez que há uma convocação séria, as bases respondem. Eles não querem mais circo.

As referências nacionais de luta e combate consistentes e unitários estão ausentes. Com exceção de alguns setores que permanecem em luta, organizados, defendendo seus direitos. As direções sindicais que não estão à altura da resposta que precisamos dar devem ser substituídas por outras direções independentes dos empresários, dos partidos patronais e do governo, que respondam aos interesses de sua classe. Os sindicatos devem expressar exclusivamente os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

A resposta necessária hoje é: derrotar a ditadura civil de Milei. Devemos parar o curso destrutivo deste regime. Estamos vivendo uma catástrofe social insuportável.

Aqueles que não se colocam em um terreno de resistência ativa para derrubar as políticas do FMI e das grandes corporações hoje, não têm futuro, não têm nada a oferecer. Começar a sair dessa situação é urgente. Rejeitamos a ideia de que a saída seja reorganizar o peronismo e selecionar as candidaturas para o próximo ano a fim de vencer as eleições contra Milei, ou começar a formar uma grande frente anti-Milei, ou formar comitês de apoio eleitoral para um candidato. É fundamental combater qualquer ilusão eleitoral, qualquer ilusão no Congresso. Essas ilusões contribuem para o desarmamento político dos trabalhadores, mesmo que finjam falar em seu nome.

O eleitoralismo é uma expressão da impotência, da incapacidade de expressar a independência política da classe operária e deve ser combatido como a peste.

O mandato da mobilização de Ni Una Menos, das mobilizações em defesa da Universidade; da luta dos aposentados, da luta dos trabalhadores do FATE e de tantas fábricas contra o fechamento, do Garrahan e do setor de saúde, dos deficientes, dos professores em várias províncias, dos cientistas, dos trabalhadores da Terra do Fogo, é unificar as lutas, exigir a greve geral para derrubar a ditadura de Milei.

A classe operária deve formular seu próprio programa que vincule fortemente sua luta imediata por salários e aposentadoria contra todas as formas de precarização, contra o fechamento de empresas, pela reabertura das que fecharam, pelo protecionismo da nossa indústria, pela anulação da Reforma Trabalhista, pelos orçamentos de saúde e educação, para ciência e tecnologia, para obras públicas, com uma luta para conquistar a soberania nacional, romper com o FMI e seu programa, desconhecer toda a dívida externa e dívida interna parasitária, recuperar todas as fontes de energia, empresas de transporte e distribuidoras; recuperar hidrocarbonetos estatizando 100% da YPF e de todas as petrolíferas, desde a exploração até a distribuição; Fora os EUA! para recuperar os rios, o mar e os portos; nacionalização da indústria de mineração; nacionalização do comércio bancário e exterior, etc.

Na luta para se libertar de suas próprias correntes que a exploram, a classe operária libertará a nação. Por isso, deve formular concretamente seu programa que resolva as tarefas nacionais e democráticas que a burguesia não pôde e jamais poderá resolver, constituindo a frente única anti-imperialista.

Para que a classe operária possa dirigir, deve resolver sua crise de direção, conquistar a independência política, construir seu partido revolucionário, que diz com todas as letras que, para executar essa estratégia, é necessária uma revolução social, que somente assim a classe operária e as massas oprimidas, a grande maioria, podem tomar o poder e ordenar todos os recursos da economia, planejando-a para resolver todos os problemas. Somente assim as massas conquistarão a democracia pela primeira vez.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Argentina

A Reforma Trabalhista avança para anular os acordos coletivos de trabalho e as organizações sindicais

É resultado da política conciliadora das direções sindicais com o governo e os patrões contra os trabalhadores

(Extraído do Jornal Masas argentino nº 504)

No decreto 407, publicado no Diário Oficial, o governo regulamentou a Lei 27.802 sobre “Modernização Trabalhista”. O governo intimará empresas e sindicatos a renegociarem 150 acordos coletivos, adequando os acordos vencidos às políticas anti-direitos.

O Decreto 407 abre a porta para que todas as cláusulas possíveis sejam renegociadas nessa fase de negociações entre empresas e sindicatos, avançando o máximo possível contra os direitos trabalhistas.

É mentira que os acordos não foram atualizados. Desde 2003, há negociação coletiva permanente em todas as atividades. Os acordos renovaram tudo o que as partes queriam renovar. O governo e os empregadores querem aproveitar esse momento para reverter ao máximo os direitos dos trabalhadores, aproveitando a possibilidade de negociações por empresas.

Um dos recursos que as empresas e o governo desejam implementar é o chamado “salário dinâmico”, que consta no artigo 104 bis da Lei, que permite “outros componentes adicionais de remuneração dinâmica, transitó-

rios, fixos ou variáveis, considerando tanto o mérito pessoal do trabalhador quanto os aspectos da organização”.

Coloca o centro na produtividade e na situação de cada empresa ou setor, com a ideia de que os ajustes salariais não seguirão mais um padrão automático geral e dependerão de resultados e condições concretas. Essa alternativa está sendo analisada na atividade petroleira, onde um bônus salarial poderia ser acordado que suba ou desça dependendo do preço do petróleo.

Este tipo de “inovação” reduz o nível de proteção ou benefícios dos trabalhadores e lhes permite negociar “para baixo”. O governo está pressionando para abandonar os ajustes salariais pela inflação.

Esta política busca romper a unidade dos trabalhadores inclusive dentro da mesma empresa, para que cada um receba por sua produtividade independentemente da escala, categoria ou antiguidade, sem obrigação de ajustar salários de acordo com o custo de vida e colocando o salário mínimo no menor nível possível.

A nova Lei estabelece a possibilidade de definir ajustes salariais ou benefícios em cada empresa e não por atividade, e essa é uma característica distintiva da atividade sindical, que privilegia a negociação centralizada e é endossada pelo sindicato mais representativo por ramo de atividade, ao qual o Estado concedeu a personalidade de assinar acordos coletivos em nome de todos os trabalhadores de seu setor e também de administrar as obras sociais.

Essa foi uma modificação fundamental da Reforma que estabeleceu a supremacia de acordos de âmbito menor sobre os de atividade, mesmo que sejam menos favoráveis aos trabalhadores. Nas legislações anteriores, um acordo por ramo de atividade prevalecia sobre acordos inferiores (como os acordados em nível da empresa), a menos que estes últimos fossem mais favoráveis ao trabalhador.

A nova Lei favorece acordos pactuados por região ou por empresa, retirando o poder de negociação dos sindicatos com status legal e permitindo que sejam firmados em condições inferiores às de atividade ou acordos

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



Leon Trotsky

Contra o estalinismo restauracionista, em defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Folheto – Vol. 3
Escritos de 1929-1930

 **POR**  **MASSAS**

nacionais. Essa “descentralização”, segundo o governo, possibilitará acordar aumentos ou condições de trabalho que não se aplicam em todo o território nacional ou em todas as empresas.

A Lei acabou com a ultra-atividade, que é o princípio que sustentava a validade de um acordo coletivo mesmo após seu término, até que fosse substituído por um novo. Evitava que os trabalhadores perdessem direitos adquiridos caso as negociações estagnassem, era uma garantia fundamental de estabilidade no emprego. A nova lei respeitaria apenas as condições de trabalho.

Um aspecto essencial da reforma, baseada em sua regulamentação, é a forma como ela facilita a criação de sindicatos por empresas.

A Lei 27.802 estabelece que o sindicato que aspire a representação da empresa deve demonstrar afiliações por 6 meses e, depois disso, se cotejará o número de filiados contribuintes com os que possua o sindicato por ramo de atividade para determinar quem tem mais filiados e ficar com o foro sindical.

Anteriormente, para que um sindicato tivesse status legal precisava provar um mínimo de 20% dos trabalhadores que tentava representar. Para arrebatá-lo o status legal de outro sindicato, o sindicato em disputa não só precisava ultrapassar esses 20%, mas, no último semestre, devia demonstrar cerca de 10% a mais de filiados contribuintes. A nova regulamentação reduz o limite de 20% para 5% para facilitar a criação de sindicatos por empresas e seu reconhecimento legal (dados do relatório de Ricardo Carpena na Infobae).

O caminho para a criação dos “sindicatos por empresas” é a eliminação do sindicato, como a organização que reúne todos os trabalhadores da atividade, para que as melhores condições que possam ser conquistadas pelos setores mais organizados e com maior força possam alcançar os estabelecimentos menores, mais fracos, mal organizados ou longe dos centros manufatureiros. A fragmentação sindical deve ser combatida como a peste, é um grande retrocesso para os trabalhadores.

As empresas vão promover “seu sindicato” que re-presente aos trabalhadores para se livrar da pressão da organização sindical.

A possibilidade de eliminar as contribuições de solidariedade e contribuições especiais acordadas entre empregadores e sindicatos, que cairão com o término do acordo, atua como um elemento adicional de extorsão sobre as direções sindicais.

Os trabalhadores devem evitar qualquer ruptura ou divisão do sindicato, lutando para conquistar sua direção, de modo que represente apenas a vontade dos trabalhadores. Rejeitar os “sindicatos por empresa”, que significa a eliminação do sindicato, como acontece em outros países. Dessa forma, será possível evitar a destruição dos salários e maior precarização trabalhista. Somente a ação direta do conjunto dos trabalhadores poderá derrotar a aplicação desta Lei que já está em andamento. A força dos trabalhadores está em agir como um único punho.

Rejeitamos qualquer interferência do governo, dos empregadores, do Congresso e do Judiciário nas organizações de trabalhadores.



LANÇAMENTO FOLHETO

Isaac Deutscher
SOBRE O HOMEM SOCIALISTA

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



BOLETIM CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Versão em Português Nº 43 | MAIO DE 2026

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes: R\$ 5

Escritos de Guillermo Lora sobre o internacionalismo proletário

O Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia) diante da tarefa de reconstrução da IV Internacional

Mas condições de crise mundial do capitalismo, emerge o programa da revolução social

Sobre a base do Programa de Transição, o CERQUI luta pela superação da crise de direção

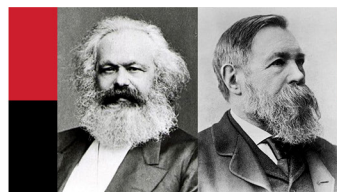
Memória Eterna ao camarada Guillermo Lora!

(11) 9 5446-2020

massas.por

massas.org

por@pormassas.org



► Assimilando o socialismo científico

Materialismo histórico

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Seleccionamos as passagens sobre o “Método da Economia Política”, que constitui a terceira parte da “Introdução à Crítica da Economia Política”. No Jornal Massas 765, publicamos uma síntese das formulações de Engels sobre a dialética e completamos com um comentário de Lênin. Agora, retomamos a publicação em continuidade à formulação de Marx sobre as transformações históricas e o lugar das forças produtivas.

O que é a sociedade, seja qual for a sua forma?

É o produto da atividade recíproca dos homens. Serão os homens livres de escolher por si mesmos esta ou aquela forma de sociedade? De modo nenhum. Considere-se uma fase particular de desenvolvimento nas forças produtivas do homem e obter-se-á uma forma particular de comércio e consumo. Considerem-se fases particulares de desenvolvimento na produção, comércio e consumo e ter-se-á uma ordem social correspondente, uma organização correspondente da família e das categorias e classes, em suma: uma sociedade civil correspondente. Pressuponha-se uma sociedade civil particular e obter-se-ão condições políticas particulares, que são apenas a expressão oficial da sociedade civil. (...)

É inútil acrescentar que os homens não são livres de escolher as suas forças produtivas - que constituem a base de toda a sua história -, pois toda a força produtiva é uma força adquirida, produto de atividade anterior.

As forças de produção são, portanto, o resultado da energia humana prática; mas também esta energia é condicionada pelas circunstâncias em que os homens se encontram, pelas forças produtivas já conquistadas, pela forma social que existe antes deles, que eles não criam, que é produto da geração anterior. Devido ao simples fato de cada geração posterior se encontrar de posse das forças produtivas conquistadas pela geração anterior e que lhe servem como matéria-prima para nova produção, surge um encadeamento na história humana, toma forma uma história da humanidade que se tornou tanto mais uma história da humanidade quanto as forças produtivas do homem - e, por isso, as suas relações sociais - se alargaram. Daqui resulta necessariamente que a história social dos homens é apenas a história do seu

desenvolvimento individual, quer eles tenham ou não consciência disso. As suas relações materiais são a base de todas as suas relações. Estas relações materiais constituem apenas as formas necessárias em que a sua atividade material e individual se realiza. (...)

Por exemplo: a instituição e os privilégios das guildas e corporações, o regime que regulava a Idade Média, eram relações sociais correspondendo apenas às forças de produção adquiridas e à condição social antecedente, a partir da qual tais instituições tinham surgido. Sob a proteção desse regime de corporações e regulamentos, acumulou-se o capital, desenvolveu-se o comércio ultramarino, fundaram-se colônias. Mas os frutos ter-se-iam perdido se os homens tivessem tentado reter as formas sob cuja proteção esses frutos haviam amadurecido. Daqui sobrevieram dois acontecimentos violentos: as revoluções de 1640 e 1688, na Inglaterra. Todas as velhas formas econômicas, as relações sociais que lhes correspondiam e as condições políticas que eram a expressão social da velha sociedade ruíram na Inglaterra. Assim, as formas econômicas em que os homens produzem, consomem, negociam, são transitórias e históricas. Quando se adquirem novas forças de produção, os homens transformam o seu método de produção e, com o método de produção, todas as relações econômicas, que constituem apenas as condições necessárias deste método particular de produção.

*A secção I deste capítulo é de uma carta de Marx a P. V. Annenkov, datada de Bruxelas, 28 de Dezembro de 1846; a secção II é do prefácio a Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política, pp. 11-13, escrito em 1859.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por

